

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PROJETO PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E  
DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA ORAL E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**(BEIRA, MOÇAMBIQUE)**

**SILVA ARMANDO DUNDURO**

Rio de Janeiro, dezembro de 2009

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PROJETO PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA  
E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA ORAL  
E CIÊNCIAS SOCIAIS  
(BEIRA, MOÇAMBIQUE)**

**POR SILVA ARMANDO DUNDURO**

**PROFESSORA ORIENTADORA ACADÊMICA:  
LUCIANA QUILLET HEYMANN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais

Rio de Janeiro, dezembro de 2009

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS  
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

**PROJETO PARA CRIAÇÃO DO CENTRO DE PESQUISA E  
DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA ORAL E CIÊNCIAS SOCIAIS  
(BEIRA, MOÇAMBIQUE)**

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA POR SILVA ARMANDO DUNDURO**

**APROVADO PELA BANCA EXAMINADORA,**

**REALIZADA EM 21 DE DEZEMBRO DE 2009**

---

**PROFA. LUCIANA QUILLET HEYMANN (ORIENTADORA)**

---

**PROFA. ANGELA MARIA DE CASTRO GOMES (CPDOC)**

---

**PROFA. MARTHA CAMPOS ABREU (UFF)**

---

**PROFA. MARLY SILVA DA MOTTA (SUPLENTE) (CPDOC)**

DUNDURO, Silva Armando. *Projeto para criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais (Beira, Moçambique)*

Professora Orientadora: Luciana Quillet Heymann

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2009.  
CPDOC

Palavras Chaves: 1. Moçambique; 2. historia contemporanea; 3. historia oral; 4. fontes históricas; 6. PPHPBC-CPDOC-FGV.

site: [www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc)

## **DEDICATORIA**

À Irene Inês Elias Dunduro, minha companheira e amiga, pelo sacrifício e paciência durante os dois anos em que estive fora da família.

Aos meus filhos Alexandre (Xandinho), Paula (Tuta), Elias (Baba), Sílvia e Ailton, pelo encorajamento e tudo o que passaram durante os dois anos da minha ausência.

À minha mãe Teresa Chirairenhe, por me ter trazido ao mundo.

Ao meu pai Armando Dunduro (que Deus o tenha!), que desde cedo acreditou que a escola é único lugar onde seus filhos encontrariam a liberdade.

Aos meus amigos de infância, que não tiveram a oportunidade de fazer o ensino elementar.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Bolsas Internacionais da Fundação Ford representada em Moçambique pelo Africa-America Institute (AAI), pela bolsa de estudo concedida no período 2008/2010.

Agradeço especialmente a Luciana Quillet Heymann, minha orientadora. Sem a sua orientação, paciência e compreensão este trabalho não seria possível.

À Verena Alberti, com quem tive primeiras discussões e orientação deste projeto.

À Ângela Maria de Castro, por ter contribuído com ideias que deram forma ao projeto.

À todos os professores do curso do mestrado profissionalizante, Fernando Guilherme Tenório, Dulce Chaves Pandolfi, Leticia Borges Nedel, Vitor Fonseca, João Marcelo Ehlert Maia e Helena Maria Bomeny Garche, pela transmissão de conhecimentos que tornaram este trabalho uma realidade

À Dra. Célia Diniz e a toda equipe do Africa-America Institute (AAI) pelo apoio prestado sempre que fosse necessário.

Ao Alex Dunduro, meu irmão e amigo pelo apoio incondicional durante esses últimos dois anos.

Ao Sr. Aires Aly, Ministro da Educação e Cultura em Moçambique .

Ao Sr. Alves Cangana, Diretor provincial da Educação e Cultura de Sofala.

Aos senhores Domingos do Rosário Artur, Vitorino Sambo, João Manuel Rodrigues, Luis Manuel Meno, Elton Beirão e Joaquim Juma João, por me ter concedido as entrevistas para este trabalho.

Aos amigos José Alberto Pita e Teixeira Manjama, que me encorajam a aceitar o desafio.

## SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO I - EXPERIÊNCIA PESSOAL.....	1
CAPÍTULO II- A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	6
CAPÍTULO III- HISTÓRIA ORAL.....	15
III.1. - Metodologia de História Oral.....	18
III.2. - Programa de Historia Oral.....	25
CAPÍTULO IV- TRADIÇÃO ORAL E FONTES ORAIS EM MOÇAMBIQUE.....	31
CAPÍTULO V- PROJETO “MEMÓRIAS DE HOMOINE” .....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
ANEXOS.....	68

## **RESUMO**

A presente dissertação tem como objetivo central propor a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais na cidade da Beira, em Moçambique. Pretende-se, com o Centro, promover projetos que possibilitem a constituição de acervos de caráter histórico e documental, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e para a valorização da história e da cultura Moçambicanas.

O Centro terá como principal ferramenta metodológica de pesquisa a história oral. O acervo a ser constituído no contexto de distintos projetos resultará, portanto, de entrevistas gravadas com atores de diferentes extratos sociais, todos eles participantes diretos de eventos relevantes da história recente de Moçambique. Essas entrevistas deverão estar disponíveis, no Centro, juntamente com outros tipos de fontes, coletadas e organizadas com o objetivo de constituir um centro de referência sobre a história contemporânea do país.

Toda a atividade do Centro será acompanhada de projetos de qualificação de equipes. Neste sentido, o Centro terá de lidar com dois importantes campos: a pesquisa, produção, preservação e difusão de fontes para a história contemporânea; e o apoio didático-pedagógico aos diversos níveis do processo de aprendizagem.

Palavras Chaves: Moçambique; história contemporânea; história oral; fontes históricas.



## **ABSTRACT**

The main goal of this dissertation is to propose the creation of a Center of Research and Documentation of Oral History and Social Sciences in the city of Beira, Mozambique. It is intended that the Center will be encharged of promoting projects related to the constitution of a set of collections with historical and documental contents, that will be able to contribute to the development of academic research and the valorization of Mozambican history and culture.

The Center will have the oral history as its main methodological research tool. The collections, that will be formed based upon different projects, will be the result of interviews, recorded with actors who come from different social strata, all of them directly involved in important events of Mozambican recent history. These interviews should be available at the Center, altogether with other kinds of sources, gathered and organized with the objective of constituting a reference center related to the Mozambique's contemporary history.

All the Center activities will be supported by projects of teams' qualification. In this sense, the Center will have to deal with two basic fields: the research, production, preservation and diffusion of sources to the national contemporary history; and the didactic-pedagogical support to the different levels of learnship process.

**Key words:** Mozambique; contemporary history; oral history; historical sources.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade implantar o Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais na cidade da Beira, Moçambique.<sup>1</sup> A intenção de criar um centro com essas características surgiu em 2008, ao final do curso de Metodologia de História Oral do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O conteúdo programático desse curso incluía, entre outros pontos, o estudo da memória em perspectiva multidisciplinar, envolvendo contribuições que vão da história à psicologia social, os debates sobre os suportes e a gestão da memória, as relações entre memória e história, entre memória e patrimônio e entre memória e construção de identidades, tanto individuais quanto coletivas, o que remete igualmente às interconexões entre memória e representações sociais.

Percebemos, assim, que essa experiência seria importante para Moçambique, país que ainda se debate com dificuldades para a escrita da sua história contemporânea. Entendemos que os procedimentos metodológicos de história oral e o programa de história oral enquanto tal poderão, sem dúvida, contribuir para a escrita da história moçambicana recente, recorrendo a depoimentos de atores dos campos sociocultural, econômico, histórico, político e educacional.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais a ser criado será o primeiro a envidar esforços para disponibilizar aos alunos, professores, pesquisadores, e o público interessado fontes audiovisuais e textuais, produzidas segundo a metodologia de história oral, propondo difundi-las e preservá-las para a posteridade.

Importa frisar desde já que, a despeito de, nos últimos anos, terem sido criados diversos centros de documentação ligados às universidades, e de existirem instituições

---

<sup>1</sup> Beira é a segunda maior cidade de Moçambique. Está situada na região central do país, na província de Sofala, da qual é capital, na foz do rio Pungue, no oceano Índico. Sua população em 2007 era de aproximadamente 435.000 habitantes. A cidade foi fundada em 1890 pelos portugueses, que instalaram no local a estrutura portuária e uma ferrovia para a Rodésia (Zimbabwe). Famílias portuguesas ali se estabeleceram e começaram a desenvolver atividades comerciais. Com o crescimento da localidade, em 1907 a Coroa portuguesa elevou Beira ao status de cidade. Em 1966, foram concluídas as obras da nova estação ferroviária. Antes da independência, Beira era conhecida por seu porto bem equipado, um dos melhores de toda a África Oriental, destacando-se também como centro turístico, pesqueiro e comercial. A cidade prosperou como porto cosmopolitano, abrigando diferentes comunidades étnicas (africanos, portugueses, indianos, chineses). Significativa parcela da população da cidade falava inglês, o que é explicado pelo fato de a Beira ser um destino turístico muito procurado pelos rodesianos brancos em férias (cf. [en.wikipedia.org/wiki/Beira,\\_Mozambique](http://en.wikipedia.org/wiki/Beira,_Mozambique)).

públicas que trabalham na preservação de documentos (como o Arquivo Histórico de Moçambique - ARPAC, primeira experiência institucional do país com essa preocupação), o projeto do Centro não encontra paralelo, uma vez que é o único que prevê a constituição de um acervo de entrevistas de caráter histórico e documental, com o objetivo de subsidiar a produção historiográfica nacional.

A sua implantação, na realidade, já estava prevista anteriormente. Num primeiro momento, o Centro seria instalado, física e institucionalmente, na Universidade Pedagógica (UP) - Delegação da Beira.<sup>2</sup> Alguns contatos nessa direção foram avançados no início de 2008. No segundo semestre, encaminhamos uma carta à Direção da UP solicitando que a acolhida inicial dada à proposta fosse formalizada em um documento. No primeiro trimestre de 2009, a Direção respondeu, afirmando que estava aguardando a apreciação e o parecer da equipe técnica que iria avaliar o projeto. Daí em diante, não houve nenhum desdobramento que demonstrasse o interesse da instituição pelo projeto.

Na verdade, o objetivo precípuo da UP é formar professores, e embora desenvolva um projeto de pesquisa em estudos ambientais, não é sua vocação empenhar-se em pesquisas no campo das ciências sociais.

Ainda no primeiro trimestre deste ano, porém, estabelecemos contato informal com Dr. Isaú Meneses, um dos fundadores da UniZambeze, universidade pública recentemente criada em Moçambique.<sup>3</sup> A partir desse contato, surgiu a possibilidade de o projeto ser abrigado nessa universidade, uma vez que os seus objetivos parecem guardar bastante afinidade com os do Centro.

Em primeiro lugar, essa universidade tem a sua sede na cidade da Beira (poucas são as universidades públicas sediadas fora de Maputo). Este é, sem dúvida, um dos

---

<sup>2</sup> A Universidade Pedagógica – Delegação da Beira foi instalada em 1989, mas seu primeiro ano acadêmico foi 1990-1991. Primeira instituição de ensino superior criada fora de Maputo, a capital do país, a universidade estabeleceu, no decorrer dos anos, parcerias com instituições do ensino superior de Portugal, França, Holanda, Austrália, EUA, entre outros países. A Universidade Pedagógica – Delegação da Beira contava, em 2009, com mais de 8.000 alunos, distribuídos por 19 cursos, a saber: Português; Inglês; Francês; História; Geografia; Filosofia; Matemática; Física; Química; Biologia; Psicologia Escolar; Ensino Básico; Planificação, Administração e Gestão de Educação – PAGE; Educação Física e Desporto; Gestão Ambiental, Planificação e Desenvolvimento Comunitário (GAPDEC); Estatística e Gestão de Informação; Psicologia Laboral e das Organizações; Gestão de Recursos Humanos e História, Política e Gestão Pública (cf. <http://www.up.ac.mz>).

<sup>3</sup> A Universidade Zambeze é uma instituição pública de ensino superior, com âmbito nacional e com sede na cidade da Beira e delegações nas quatro províncias da zona Centro do país: Manica, Sofala, Tete e Zambézia. Iniciou suas atividades letivas em março de 2009, com os cursos de Engenharia Agrônoma, Engenharia Florestal, Engenharia Agro-pecuária, Engenharia Ambiental e de Recursos Naturais, Engenharia Civil, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Informática, Farmácia, Medicina, Medicina dentária e Direito, com um universo de 908 estudantes, 87 docentes e 48 funcionários do corpo técnico administrativo (cf. [www.unizambeze.ac.mz/index.php?...unizambeze..](http://www.unizambeze.ac.mz/index.php?...unizambeze..)).

fatores que nos levou a aceitar o desafio de criar o Centro fora da capital do país. Isso facilita a tomada de decisões e a consequente realização de projetos de forma flexível.

Em segundo lugar, a UniZambeze propõe-se a ser um polo de desenvolvimento tecnológico, assim como a converter-se em instituição educacional e de investigação de referência nacional e internacional. Privilegiará parcerias regionais com instituições universitárias da Southern African Development Community (SADC),<sup>4</sup> especialmente da África do Sul, possibilitando a troca de conhecimentos científicos, inclusive no âmbito das ciências sociais. Neste contexto, o Centro reunirá condições propícias para o estabelecimento de projetos em cooperação com instituições congêneres.

Em terceiro lugar, a UniZambeze tem, entre as suas finalidades, a promoção e o estímulo à cultura, às ciências e tecnologia e à pesquisa de caráter econômico e social. Estas são algumas das áreas de atuação do Centro. Abrem-se, portanto, desde já, possibilidades para investir em projetos socioculturais, históricos, políticos etc. comuns.

A reunião desses atributos faz-nos acreditar que a UniZambeze atende a todas as motivações que nos levam a propor a criação de um Centro em Moçambique, e mais especificamente na cidade da Beira. Ademais, a Unizambeze é de âmbito regional, cobrindo toda a região central do país, ou seja, as províncias de Sofala, Manica, Tete e Zambézia. Este fato permitirá a rápida expansão das atividades do Centro em termos do território de pesquisa porque tendo representação em cada uma das capitais provinciais haverá maior possibilidade de desenvolver projetos regionais.

O presente trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, faço uma apresentação da minha trajetória acadêmica e profissional, no intuito de deixar claro com que bagagem cheguei ao mestrado no CPDOC/FGV, destacando a minha experiência de artista, docente e profissional da área pública de cultura.

A seguir, apresento, em linhas bem gerais, o contexto histórico de Moçambique, detendo-me um pouco mais no período pós-independência, sobretudo na guerra civil que se estendeu de 1976 a 1992.

---

<sup>4</sup> A SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, em português) foi criada em 1992, para incentivar as relações comerciais entre seus 14 países membros: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Tem o objetivo de criar um mercado comum, a médio prazo, seguindo o modelo básico da União Europeia e alguns aspectos do Mercosul. Tem também o propósito de promover esforços para estabelecer a paz e a segurança no sul da África. O bloco reúne uma população de 206,4 milhões de habitantes e produz um PIB de US\$ 162,2 bilhões, exportando US\$ 52,4 bilhões de sua produção e importando US\$ 50,8 bilhões de produtos do exterior (cf. [www.camara.gov.br/mercosul/blocos/SADC.htm](http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/SADC.htm)).

Encerrada essa sucinta resenha histórica, apresento na terceira parte a História Oral como técnica moderna para a coleta de dados. Início apresentando um breve histórico do seu surgimento, assim como a sua ligação com os movimentos sociais da década de 1960.

Como procedimento metodológico, focalizo a necessidade do seu uso como ferramenta a ser usada pelo Centro.

Na quarta parte discuto a tradição oral e as fontes orais em Moçambique, resenhando as experiências realizadas neste campo desde os primeiros anos da independência a partir de 1975.

Na quinta e última parte, direciono meu foco naquele que deverá se constituir no primeiro projeto, no projeto-piloto, do Centro. Refiro-me à investigação do chamado Massacre de Homoine, que teve lugar em 1987, no bojo da guerra civil moçambicana.<sup>5</sup> A sua consecução servirá de ponto de partida para a constituição de um amplo programa de pesquisa de memórias, base do acervo do Centro e que, acredito, será de grande importância para o maior conhecimento – e entendimento – da história contemporânea de Moçambique

Finalmente, apresento as referências bibliográficas, anexos (mapa da divisão administrativa, a vista geral da cidade da Beira, o Instituto de investigação Sócio-Cultural, os entrevistados e a cronologia de alguns eventos históricos em Moçambique).

---

<sup>5</sup> Todas as informações sobre o massacre serão fornecidas no item respectivo.

## **CAPÍTULO I - EXPERIÊNCIA PESSOAL**

A minha experiência profissional está associada à gestão de projetos culturais, à administração pública e à docência. Sou funcionário do Ministério de Educação e Cultura, lotado na Direção Provincial da Educação e Cultura de Sofala desde 1987. Quanto à minha formação especificamente acadêmica, sou licenciado em geografia pela Universidade Pedagógica de Moçambique.

No final do curso, contrariamente ao que é comum na Universidade Pedagógica, onde os estudantes pesquisam temas didático-pedagógicos, optei em investigar o turismo cultural para entender até que ponto a atividade turística desenvolvida na região de Nova Sofala contribuía para a preservação das práticas culturais e a possibilidade de criar produtos turísticos a partir do artesanato e da gastronomia locais.

Paralelamente, em 1986, terminei minha formação em artes gráficas pela Escola Nacional de Artes Visuais de Maputo, com concentração nas disciplinas de Desenho e Pintura, História de Arte e Gráficas. Não havia até 1980, moçambicanos formados nessa área. Fiz parte, portanto, do primeiro grupo de jovens a beneficiar da formação em artes visuais, da primeira geração de pintores formados em Moçambique, tendo participado de várias exposições individuais e coletivas no país e no estrangeiro (Suécia, Portugal, Holanda e Namíbia).

A minha primeira experiência como docente ocorreu entre 1987 e 1994, quando lecionei Desenho e Pintura para crianças iniciadas nessas disciplinas na Casa de Cultura da Beira e selecionadas em escolas públicas e privadas. Além deste curso, eram oferecidos cursos de piano, música, teatro e balé. Durante esse período, acumulei a prática docente com a coordenação do setor de planificação cultural. Para responder a preocupações de outros estratos sociais introduzimos cursos de corte e costura, têxteis e de batique para mulheres donas de casa.

A planificação cultural exigia um trabalho conjunto envolvendo praticantes de diferentes manifestações culturais: pintores, atores, coreógrafos, escritores, bailarinos, cantores, representantes de grupos culturais dos bairros, etc. Introduzimos nessa altura o conselho técnico, onde 80% dos membros eram artistas e colaboradores. A participação desse grupo, que discutia os projetos a ser desenvolvidos, contribuiu decisivamente para tornar a Casa de Cultura um espaço democrático.

A gestão participativa foi muito importante para a minha experiência e a da instituição. Formamos núcleos de artistas plásticos, associação de atores de teatro e

incentivamos a criação da associação dos músicos da Beira, assim como promovemos a realização de saraus de poesia para jovens escritores e festivais culturais. Nesse período, iniciamos contatos com a municipalidade da Beira para possíveis trocas de experiências com cidades que tinham programas de gemação com a Beira (cidades gêmeas). Foi na sequência disso que, em 1989, teve início o intercâmbio cultural entre a Casa de Cultura da Beira e a de Frolunda, em Gotemburgo, na Suécia. Um ano antes, em 1988, fui um dos fundadores do Núcleo de Artes Plásticas da cidade da Beira. Em 1990, passei a integrar o Núcleo de Arte de Maputo.

O fim da guerra em Moçambique em 1992 foi um marco histórico importante para o país. Acompanhando essas transformações políticas, a Casa de Cultura tomou a dianteira recorrendo à arte e cultura para mobilização de novas modalidades de gestão do país: eleições democráticas.

Através das manifestações culturais, foi possível educar as populações sobre a necessidade do voto. Era novidade para todos. Priorizamos comunidades rurais onde a maioria, infelizmente, continua iletrada. Assim, os artistas prepararam peças de teatro, composições musicais e bailados, em línguas nacionais, de acordo com os locais onde atuariam. Esta foi uma das formas mais frutíferas de formação e mobilização das populações para eleições, principalmente as primeiras multipartidárias realizadas em 1994.

Entre 1995 e 2003, fui diretor da Casa de Cultura da Beira. Este foi o período de consolidação da minha experiência como gestor público. Foi também o período que marcou profundamente a Casa de Cultura, assim como toda a comunidade artística do país, particularmente da cidade da Beira, pelo fato de ter conseguido uma gestão participativa e voltada para a pesquisa dos aspectos culturais locais. Nesses anos, foi ampliada a parceria com as cidades-irmãs do Porto, em Portugal, Gotemburgo, na Suécia, Bergen, na Noruega, Pádua, na Itália, Bristol, na Inglaterra, Amsterdã, na Holanda, e Bulawayo, no Zimbábue. A ampliação de parceria criou condições para uma gestão aberta e participativa da comunidade artística e de diversos estratos sociais que encontravam na Casa de Cultura um espaço para o apoio técnico.

Passamos a nos beneficiar do apoio da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI), da organização não governamental dinamarquesa IBIS e da Agência de Cooperação para o Desenvolvimento do governo da Noruega (NORAD). Além disso, recebemos um importante suporte de projetos para intercâmbios culturais

envolvendo artistas moçambicanos e suecos, apoiados financeiramente pelo Instituto Sueco.

Nesse período, percebi que a cultura podia constituir um fator fundamental para o desenvolvimento do país. Iniciamos, então, projetos educacionais envolvendo grupos marginalizados; apoiamos a integração de crianças da rua nas escolas públicas, e participamos em projetos de reintegração social de jovens cujos pais morreram de HIV/AIDS. Estendemos a nossa influência às escolas secundárias, introduzindo, em colaboração com as respectivas direções, cursos de pintura, música, teatro e dança. A experiência de Gotemburgo nos levou a introduzir o teatro de fantoche nas escolas primárias, fazendo adaptação dos contos populares moçambicanos.

Internacionalmente, a cidade da Beira tornou-se referência cultural do país. Músicos, pintores, atores de teatro, realizaram exposições e espetáculos em Gotemburgo, Bergen, Copenhague, Amsterdã, Porto, Coimbra, Bulawayo e Joanesburgo. Artistas suecos, holandeses, portugueses, sul-africanos e zimbabuanos escalaram Beira para *workshops* em diferentes manifestações culturais.

Os anos que permaneci na direção da Casa de Cultura marcaram profundamente a minha carreira e sensibilidade sobre projetos sociais num país como Moçambique onde as manifestações culturais acontecem em qualquer lugar. Expandimos também a nossa influência pelo país todo. Assim, organizamos projetos de formação de curta duração para os artistas autodidatas das regiões centro e norte de Moçambique. Em 2003, a direção da Casa da Cultura passou para outra equipe. Nessa ocasião, de acordo com o relatório da ASDI e da IBIS (2003), a Casa de Cultura da Beira teve a nota mais alta no conjunto de todas as instituições congêneres do país.

Entre 1999 e 2002, acumulando com as minhas funções administrativas, lecionei educação visual na escola que funcionava no Consulado Geral de Portugal na Beira. Em 2003, fui um dos fundadores da Associação Cultural Casa do Artista, com sede também na Beira.

Dando continuidade à minha trajetória profissional, entre 2003 e 2006 fui diretor da Cultura, Juventude e Desportos em representação do Ministério da Juventude e Desportos e do Município da Beira. Durante este período, incentivei a formação do associativismo cultural, juvenil e desportivo na cidade da Beira. Concomitantemente, continuei ligado às atividades docentes, tendo atuado como professor, entre 2005 e 2007, no Instituto de Formação de Professores Primários na cidade da Beira, lecionando História de Arte, Educação Visual, Gestão Escolar e Metodologia de Ensino de Geografia. Também ensinei no Instituto de Ciências de Saúde da Beira.



Em 2007, fui designado chefe do setor de investigação do Arquivo do Patrimônio Cultural (ARPAC), na cidade da Beira. Nessa condição, coordenei o projeto “História das Bases Militares da Frelimo na frente de Manica e Sofala”, o qual, originalmente, seria realizado com base em depoimentos dos guerrilheiros que atuaram nessa região. Em discussões técnicas, contudo, confrontamo-nos com o problema de confiabilidade das fontes orais e estas acabaram sendo secundárias em relação às fontes escritas.

O trabalho na sala de aula me permitiu refletir sobre a problemática do material didático. Um dos principais problemas detectados era exatamente a carência de livros e outras fontes para a consulta dos estudantes, mais grave no Instituto de Formação de Professores. No Instituto de Ciências da Saúde, essa carência é mais perceptível em relação às fontes que tratam da realidade cultural do país, como, por exemplo, algo que aprofunde a medicina tradicional e a sua relação com a medicina convencional.

Percebi, no entanto, que apesar de os programas de ensino privilegiarem o conhecimento da realidade próxima do aluno, esse tipo de material não está disponível em nenhuma biblioteca da escola. Uma das possibilidades seria procurar as pessoas que têm conhecimentos sobre saberes que a escola precisa para os alunos. Contudo, pouco tem sido feito no sentido de tornar realidade a ligação escola-comunidade para o melhoramento do aproveitamento didático-pedagógico.

A mesma falta faz-se sentir na Universidade Pedagógica. Os conteúdos programáticos da disciplina de Antropologia incluem estudos etnográficos dos grupos sociais. Porém, pouco existe escrito sobre a diversidade etnolinguística, excetuando sobre o sul de Moçambique.

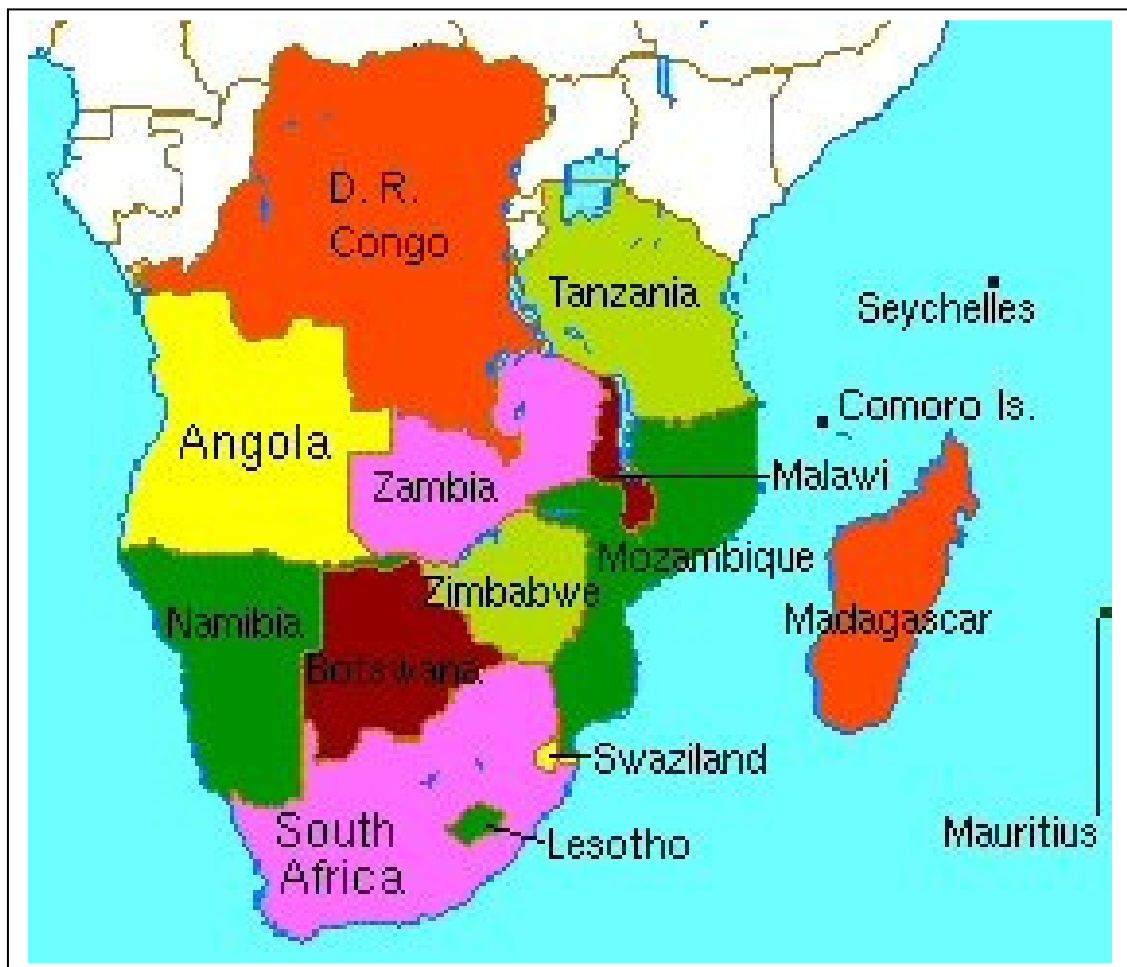
O ARPAC, que devia ser a rampa de salvação, tem pouquíssimo a oferecer. Isso é agravado ainda pelo fato de na cidade da Beira, onde é grande a heterogeneidade linguística, ser possível encontrar em cada turma de alunos a representação cultural de todo o país. Isso dificulta uma orientação que satisfaça a todos.

Em 2007, beneficiei-me de uma bolsa de estudos da Fundação Ford para o já mencionado Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais, no Rio de Janeiro, Brasil. Um dos cursos do Mestrado – o de Metodologia de História Oral, ao qual também já me referi, e de forma mais detida, na Introdução – veio a ser o do meu maior interesse, uma vez que me proporcionou algumas ferramentas úteis para ajudar na solução de alguns problemas contemporâneos em Moçambique. Estou falando do problema de fontes para a história contemporânea do país e toda temática da cultura que pode ser coletada a

partir dos depoimentos. Além desse curso, o de Projetos Sociais também mereceu particular atenção da minha parte, porque, através dele, tive oportunidade de aprofundar meus conhecimentos sobre a elaboração de projetos sociais e de aproveitar a minha experiência de mais de 20 anos. O curso foi muito importante, ainda, porque poderei contribuir para a formação de membros de associações que atuam em diversas áreas.

Julgo que essa experiência será útil para o futuro Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais. O trabalho em equipe, estruturado de forma participativa, pode contribuir para melhores resultados. Por outro lado, a experiência em negociação de projetos com organizações internacionais pode ser maximizada para fortalecer iniciativas locais, regionais e internacionais.

## CAPÍTULO II - A CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA



Localização geográfica de Moçambique na África meridional

Vários achados arqueológicos permitem caracterizar a “pré-história” do país (antes da escrita), que teve como evento mais importante a fixação, na região, dos povos Bantu. Essas vagas migratórias foram responsáveis, entre os séculos I e IV, não só pela introdução da agricultura, como também pela da metalurgia do ferro. Pelo menos a partir do século X, a história do atual Moçambique encontra-se documentada, graças ao viajante árabe Al-Masudi, que descreveu as atividades comerciais estabelecidas entre as nações do Golfo Pérsico e os "Zanj" da "Bilad a Sofala", que incluía grande parte da costa norte e centro do território moçambicano da atualidade. Entre os séculos X e XIX existiram no atual território moçambicano vários reinos bantus, sendo o mais conhecido o império Monomotapa.

A penetração portuguesa em Moçambique, iniciada no início do século XVI, só em 1885 – com a partilha de África pelas potências europeias, durante a Conferência de Berlim – transformou-se numa ocupação militar, com a submissão total dos estados ali existentes, levando, no início do século XX, a uma verdadeira administração colonial.

Os ventos de mudanças surgidos no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as primeiras independências africanas, na década de 1950, estão na origem da guerra de libertação da dominação portuguesa, iniciada na primeira metade da década de 1960. As três primeiras organizações pró-independência – a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana para Moçambique Independente (Unami, que tinham sede em países diferentes e bases sociais e étnicas também diferentes – formaram, em junho de 1962, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo),<sup>6</sup> sob os auspícios de Julius Nyerere, presidente da Tanzânia. O primeiro presidente da Frelimo foi Eduardo Chivambo Mondlane, um antropólogo que trabalhava na Organização das Nações Unidas.

A luta armada contra os colonialistas portugueses começou em 25 de setembro de 1964. Depois de uma guerra que durou cerca de 10 anos, Moçambique tornou-se independente em 25 de junho de 1975, na sequência da Revolução dos Cravos,<sup>7</sup> a seguir à qual o governo português assinou com a Frelimo os Acordos de Lusaka.<sup>8</sup> Após a independência, o país ganhou a denominação de República Popular de Moçambique, sendo instituído no país um regime socialista de partido único, a própria Frelimo.

A Frelimo herdou do regime colonial um sistema econômico praticamente falido. Associado a isso se colocava a questão da dependência para com a África do Sul – principal parceiro econômico de Moçambique e com o qual haviam sido

---

<sup>6</sup> Ver [pt.wikipedia.org/.../Frente\\_de\\_Libertação\\_de\\_Moçambique](http://pt.wikipedia.org/.../Frente_de_Libertação_de_Moçambique).

<sup>7</sup> Nome pelo qual ficou conhecido o levante militar do dia 25 de abril de 1974 que derrubou o regime ditatorial implantado por Antonio Salazar em Portugal em 1926. Os militares, apoiados por amplos setores da população, não encontraram grande resistência das forças leais ao governo. O levante foi conduzido pelos oficiais intermediários da hierarquia militar, organizados no Movimento das Forças Armadas (MFA) na sua maior parte capitães, que tinham participado das guerras coloniais na África. Portugal passou por um período conturbado que durou cerca de dois anos, marcados pela luta entre a esquerda e a direita. Passado um ano realizaram-se eleições constituintes e foi estabelecida uma democracia parlamentar de tipo ocidental. A guerra colonial acabou e as colônias africanas tornaram-se independentes antes do fim de 1975 (cf. [www.unificado.com.br/calendario/04/cravos.htm](http://www.unificado.com.br/calendario/04/cravos.htm)).

<sup>8</sup> Os Acordos de Lusaka foram celebrados no dia 7 de setembro de 1974, em Lusaa, capital da Zâmbia. Nestes acordos, o Estado Português reconheceu formalmente o direito do povo de Moçambique à independência, acordando com a Frelimo a transferência da soberania que detinha sobre o território de Moçambique (Cláusula 1). Foi igualmente estabelecido que a independência completa de Moçambique seria solenemente proclamada no dia 25 de junho de 1975, data que coincidiria, propositadamente, com o aniversário de fundação da Frelimo (Cláusula 2) (cf. [pt.wikipedia.org/wiki/Acordos\\_de\\_Lusaka](http://pt.wikipedia.org/wiki/Acordos_de_Lusaka)).

estabelecidos protocolos de fornecimento de mão-de-obra para vários setores de produção, principalmente as minas de ouro – e a da fuga de quadros qualificados. Até o ano da independência, 110 mil moçambicanos estavam empregados nas minas e fazendas de sul-africanos. Em 1976, porém, como uma reação ao novo regime, o número de moçambicanos despencou para 40 mil mineiros. De acordo com Colin Darch (213-215, a redução constituiu um fardo para Moçambique porque reforçou o número de desempregados e, conseqüentemente, a deterioração das condições básicas de vida para centenas de famílias que tinham como sustento o trabalho nas minas.

Em 1977, dois anos depois da independência, Moçambique tinha conseguido sustar o declínio econômico, que fora precipitado pelo colapso do governo colonial português e pela fuga de mão-de-obra habilitada para a antiga metrópole e países vizinhos. De 1977 a 1981, a economia cresceu consistentemente e o volume de exportações aumentou. Em 1981, o PIB tinha dobrado em relação ao nível de 1977, atingindo o PIB mais alto de todos os tempos, incluindo o anterior à independência. (idem:215). Após a independência, com a denominação de República Popular de Moçambique, foi instituído no país um regime socialista de partido único, cuja base de sustentação política e econômica se viria a degradar progressivamente até à abertura feita nos anos de 1986-1987, quando foram assinados acordos com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A abertura do regime foi ditada pela crise econômica em que o país se encontrava, provocada sobretudo pela guerra civil na qual o país estava mergulhado praticamente desde 1976.

Esse conflito armado, também conhecido como “a guerra dos 16 anos” ou “guerra civil moçambicana”, opôs o exército de Moçambique às forças da Resistência Nacional Moçambicana (Renamo). Imediatamente após a independência, alguns militares (ou ex-militares) portugueses e dissidentes da Frelimo instalaram-se na vizinha Rpdésia, criando a Renamo. André Matsangaissa, um ex-guerrilheiro da Frelimo, foi o seu primeiro líder. Após a sua morte, em outubro de 1979, o comando da organização passou a Afonso Dhlakama. De acordo com textos de vários pesquisadores, principalmente os da África do Sul, a formação da Renamo, designada pelo governo da Frelimo como “Bandidos Armados”, tinha como objetivo desestabilizar o poder constituído em Moçambique independente. A Renamo teria sido criada para combater o comunismo assumido pela Frelimo:

A Frelimo, sob a direção de Samora Machel, desde os anos 70 se aproximava de posições pró-chinesas (maoístas). Estas posições a

seguir à Independência evoluem para uma adesão à ideologia marxista-leninista, e aproximação ao bloco da ex-União Soviética. O III Congresso da Frelimo (1977) acaba por consagrar esta orientação, assim com o projeto da construção de um Estado Socialista e a criação de um Homem Novo.<sup>9</sup>

O contexto histórico regional da África Austral deixa claro que houve efetiva participação externa no processo de formação da Renamo:

A RENAMO (...), segundo a historiografia ocidental, é um típico produto de serviços secretos. Terá sido criada, em 1975, pelo Rhodesia's Central Intelligence Organization, destinado a provocar actos de sabotagem e acções de informação e contra-informação em Moçambique, numa altura que a Frelimo se afirma como um partido marxista-leninista (1977). Faziam parte da RENAMO elementos das antigas forças auxiliares portuguesas e "comandos especiais" que em 1975-1976, tinham combatido em Angola ao lado do FNLA [Frente Nacional de Libertação de Angola] e da África do Sul, com o apoio dos EUA<sup>10</sup>.

Antiga colônia inglesa, com o nome de Rodésia do Sul, a Rodésia era governada desde 1964 pelo primeiro-ministro Ian Smith, que havia instalado um regime racista no país, à semelhança do da África do Sul, e proclamado sua "independência unilateral", não reconhecida pela maior parte dos países do mundo. O governo rodesiano, através da Agência de Inteligência, patrocinou, com recursos financeiros e humanos, o treinamento da Renamo. As primeiras incursões militares da Renamo no território moçambicano partiram da Rodésia do Sul. A administração de Ian Smith pretendia desencorajar o apoio prestado por Moçambique à Zimbabwe African Nation Union (ZANU), organização guerrilheira liderada por Robert Mugabe e que lutava pela independência do seu país, sob controle da maioria negra. Os combatentes da ZANU atuavam partindo do território moçambicano.<sup>11</sup>

De fato, a Frelimo apoiava esses rebeldes rodesianos e, em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente que aplicaria as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbury e fechou as fronteiras com aquele país. A Rodésia dependia em grande parte do corredor da Beira, incluindo a linha ferroviária, a estrada e o oleoduto que ligavam o porto da Beira àquele país sem litoral. Essa medida, que provocou um sério abalo em suas fontes de abastecimento, foi um duro golpe para o regime rodesiano. Em represália, pouco depois, além de intensificarem os ataques

---

<sup>9</sup> Disponível em :<http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocGuerCivil.html>. 16/09/2009

<sup>10</sup> Disponível em [lusotopia.no.sapo.pt](http://lusotopia.no.sapo.pt). 13.11.2009

<sup>11</sup> Disponível em [Moçambique.plural@pluraleditores](mailto:Moçambique.plural@pluraleditores). 15.11.2009

contra estradas, pontes e colunas de abastecimento dentro de Moçambique, os rodesianos criaram uma estação de rádio usada pela Renamo para divulgar propaganda anti-governamental.

Após 1980, ano da independência do Zimbabwe, a Renamo mudou a sua base de apoio para a África do Sul, operação na qual foi muito bem sucedida. Com efeito, o governo de Pretória havia assumido o apoio direto ao movimento. De acordo com Machado da Graça (2001), a seguir à independência do Zimbabwe e ao fato do novo governo não continuar apoiando a Renamo, o ponto de apoio foi transferido para África do Sul:

Muitos dos elementos que faziam parte das forças especiais rodesianas passaram a fronteira para sul e foram se alistar nos Reccs sul-africanos. Por trágica ironia é uma unidade formada por esses rodesianos, o 6 – Reconnaissance Comando, dirigido por Garth Barrett, que é encarregado do ataque à Matola em Janeiro de 1981.

Contando com o amplo apoio das forças armadas sul-africanas, a organização continuou os seus ataques a aldeias e infraestruturas sociais em Moçambique, semeandominas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com o Zimbabwe. Além disso, os sul-africanos efetuaram vários ataques terrestres e aéreos contra a capital moçambicana, situada muito próxima à fronteira com a África do Sul. A virtual invasão sul africana também era justificada para impedir ações de militantes do Congresso Nacional Africano (ANC - African National Congress) que encontravam refúgio em Moçambique.

Importa salientar que a África do Sul é o país mais poderoso da África Meridional. Militarmente, estava muito mais bem equipado que Moçambique. Vale lembrar ainda que este país era ponta de lança do Ocidente na região e, sob pretexto de impedir o avanço soviético, iniciou ações de agressão aberta contra Moçambique. O governo moçambicano envidou esforços no sentido de encontrar uma solução pacífica porque, na verdade, a guerra movida pela Renamo se transformara em guerra “declarada” entre os dois Estados.

Para reduzir a tensão entre os dois governos, Moçambique aceitou assinar um acordo de cooperação e boa vizinhança com a África do Sul em 16 de março de 1984. O acordo, que ficou conhecido por Acordo de Incomati (António Almeida Santos, 2005)<sup>12</sup> e que foi firmado por Samora Machel, presidente de Moçambique, e Roelof

---

<sup>12</sup> António Almeida Santos, no seu livro: Quase memórias, afirma que os Acordos de Incomati, assinados entre Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique independente e P.W. Botha, primeiro ministro da África do Sul do Apartheid, foi por si influenciados. De acordo com o autor, desde cedo procurou

Frederik “Pick” Botha, ministro das Relações Exteriores da África do Sul, visava, entre outros pontos, que o governo sul-africano parasse de apoiar a Renamo. Por sua vez, Moçambique deixaria de permitir que o Congresso Nacional Africano mantivesse bases militares no território do país.

Contudo, o Acordo de Inkomati nunca surtiu o efeito desejado porque a Renamo continuava a sua ação militar com o apoio sul-africano, bloqueando todo e qualquer tipo de desenvolvimento de Moçambique. Em 1986, a Renamo já tinha estabelecido uma base central na Goronosa e expandido as ações militares para todas as províncias de Moçambique, obrigando o governo de Maputo a concentrar importantes recursos na montagem de uma máquina de guerra. A essa altura, a Renamo tinha conseguido alcançar um dos seus objectivos estratégicos, ou seja, obrigar o governo moçambicano a abandonar a sua política de "socialização do campo", através das aldeias comuniais e das machambas<sup>13</sup> estatais.

No contexto internacional, deixava, gradualmente, de ser vista como um grupo de criminosos e bandidos armados, ganhando, com o apoio do Ocidente, o estatuto de rebeldes que lutavam para destronar o governo marxista moçambicano. Em termos concretos, a Renamo foi, ao longo dos anos, instrumento dos regimes racistas da Rodésia e da África do Sul. Ex-colonos portugueses radicados nesses dois países e os que regressaram para Portugal desempenharam papel importante para a manutenção da organização durante esse período. (Colin Darch, 1992: 216).

As consequências da guerra movida pela Renamo sobre a economia moçambicana foram devastadoras. Mesmo nos locais onde não tinha suas bases militares, a desestabilização era alcançada sob a forma de assaltos. Isso tanto podia acontecer em aldeias inteiras ou nas vias de conexão entre o campo e as cidades. Assim, o controle do governo era fragilizado, bem como a capacidade de garantir serviços públicos básicos, como educação e saúde. Em consequência disso, milhares de moçambicanos se refugiaram nos países vizinhos e nos centros urbanos e aproximadamente um milhão de moçambicanos foram assassinados. Esse foi o período em que houve o maior êxodo rural em toda a história de Moçambique.

As cidades também foram alvos de sabotagem, sendo privadas de energia elétrica durante meses, o que comprometia a produção industrial. As ligações com os países mediterrâneos, outra fonte de receita para os cofres do Estado, também ficaram

---

aproximar as duas partes no sentido de evitar confrontos militares. Disponível em [www.favelaocidental.com](http://www.favelaocidental.com) 07.12.09.

<sup>13</sup> Campos de cultivo



completamente bloqueadas devido à ação militar e à destruição de vias de comunicação.

A instabilidade alterou completamente a organização social das comunidades rurais e os meios de produção existentes. A produção agrícola, que durante a colonização já era um setor débil, ficou completamente arrasada. A produção familiar promovida por fazendeiros equivalia a 60 % do valor que era arrecadado em receitas com trabalhadores das minas na África do Sul. Neste sentido, ao governo colocavam-se dois desafios. O primeiro era garantir o mínimo de condições de vida para milhares de pessoas que se tinham refugiado nos centros de acomodação<sup>14</sup> no país e no estrangeiro (países vizinhos) com o apoio de organismos internacionais. O segundo consistia em organizar-se militarmente para fazer frente à Renamo e à maior potência militar da região, a África do Sul, e aos seus aliados.

Em vista dos problemas económicos que Moçambique atravessava, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e o FMI, em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política socializante. A guerra, porém, só terminou em 1992 com o Acordo Geral de Paz, assinado em Roma, no dia 4 de outubro, pelo presidente moçambicano, Joaquim Chissano, e pelo líder da Renamo, Anfonso Dhlakama, depois de cerca de dois anos de conversações mediadas pela Comunidade de Santo Egídio, uma organização católica, com apoio do governo italiano. Nos termos do acordo, o governo de Moçambique solicitou o apoio da ONU para o desarmamento das tropas beligerantes. A ONUMOZ foi a força internacional que apoiou neste trabalho, que durou cerca de dois anos e que culminou com a formação de um exército unificado e com a organização das primeiras eleições gerais multipartidárias, em 1994.

Cabe agora tecer algumas considerações de natureza historiográfica, que julgamos importante colocar em cena e que dizem respeito à conveniência de se levar em conta a presença da Renamo na história de Moçambique independente, pois este movimento/partido político marcou profundamente o período.

Um aspecto a salientar é a ausência de trabalhos publicados por moçambicanos sobre a Renamo. As fontes disponíveis são, em sua maioria, textos que podem ser encontrados na internet. Aliás, a própria Renamo ainda não apresentou trabalhos sobre a

---

<sup>14</sup> Centros de acomodação eram lugares provisórios onde os refugiados de guerra eram acomodados. Nesses lugares tanto o governo quanto organizações civis nacionais e estrangeiras prestavam apoio em produtos alimentares, utensílios domésticos, *kits* de cozinha, tanques para armazenamento de água potável, medicamentos, e outros. Durante o conflito armado mais de três milhões de pessoas se retiraram para lugares próximos dos órgãos administrativos do governo, dos centros urbanos e para países vizinhos (África do Sul, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi, entre outros). Disponível em [pt.wikipedia.org](http://pt.wikipedia.org). 15.11.2009.

sua história ao público leitor. Este fato faz com que muito do que se afirma sobre ela pareça inconsistente ou duvidoso. Há, no entanto, trabalhos de caráter histórico e sociológico sobre a guerra em Moçambique, realizados por pesquisadores estrangeiros, que podem nos fornecer informações mais fidedignas. Levaremos em conta algumas dessas análises para este trabalho.

Colin Darch<sup>15</sup>, entre outros pesquisadores, apontam outras razões que ditaram a formação da Renamo, além das descritas acima. Darch afirma que, segundo alguns autores, o surgimento da Renamo e a eclosão da guerra civil em Moçambique decorreram do tipo de governo formado pela Frelimo em 1975, de seu “estilo historicamente autoritário (...)” (1992. p. 215-216). O sistema do partido único, que impediu a organização de outras alternativas no espaço político nacional, seria, em sua opinião, uma das causas que estimulou atitudes anti-frelimistas e a consequente formação da organização adversária.

Sempre de acordo com informações oferecidas por Colin Darch (1992), outros estudos foram realizados visando explicar a origem da guerra em Moçambique. Clarence-Smith et alii, (1989-1990) apresentam uma perspectiva que “revela uma incompreensão fundamental de como funciona a desestabilização”, enquanto o cientista político sul-africano Deao Geldenhuys (2002) fundamenta seu trabalho na premissa de que “o desestabilizador será guiado pela vulnerabilidade política, econômica e militar do Estado-novo”. Este ponto de vista constitui, para Marcelino dos Santos<sup>16</sup>, “fraquezas secundárias”. Já Geldenhuys considera “erros fundamentais” como já foi apontado, a ausência de espaço político multipartidário nos primeiros anos de independência e a tentativa de destruição de sistemas de organização social consolidados ao longo de séculos, principalmente no campo.

Fernando Florêncio (2002)<sup>17</sup> encontra uma explicação diferente, recorrendo à teoria da violência da guerra. Conforme o autor, o conceito de Estado Novo adotado pelo governo marginalizou a estrutura social enraizada durante séculos, desprezando as

---

<sup>15</sup> Diretor da Biblioteca central da Universidade do Cabo Ocidental, África do Sul

<sup>16</sup> Marcelino dos Santos juntou-se aos movimentos de libertação nacional na distante década de 1960, tendo se filiado à Udenamo e, posteriormente, à Frelimo, da qual foi um dos fundadores. Desde então, Santos tem-se dedicado aos interesses nacionais, tendo, depois da Independência, ocupado vários cargos políticos e administrativos, com destaque para o de presidente da Assembleia Popular. Atualmente, é membro do Conselho de Estado.

<sup>17</sup> Fernando Florêncio, procurou apresentar nesse artigo, um breve olhar sobre a guerra civil em Moçambique tendo como pano de fundo a obra de Christian Geffray, *La cause dès Armes au Mozambique*, que marca um ponto de viragem epistemológico nos estudos sobre as causalidades da guerra moçambicana. Uma tentativa de discussão antropológica da guerra, contribuindo igualmente com dados empíricos recolhidos ao longo de várias estadias de terreno na região centro de Moçambique

autoridades tradicionais que sempre exerceram forte influência sobre as comunidades rurais. ”Do ponto de vista ideológico, a Frelimo desencadeou uma campanha contra as atividades tradicionais e os líderes religiosos, acusando-os de colaboracionismo com o regime colonial” (p. 353). Após a independência, a Frelimo procurou romper todos os tipos de influência do governo português. Nessa perspectiva, o novo governo combatia a atuação dos régulos, líderes comunitários vitalícios cuja sucessão cabia a um membro próximo da linhagem. Eles eram o principal elemento de ligação entre as comunidades rurais e o sistema colonial.

Essa estrutura administrativa tinha sido implantada para o controle das comunidades rurais, garantido dessa forma a cobrança de impostos aos camponeses. Tratava-se, pois, do prolongamento do braço do governo colonial onde este não tinha presença física e estrutura convencional montadas.

Na opinião de Florêncio, a marginalização dos régulos, acompanhada muitas vezes de uma autêntica humilhação pública destes personagens, teria sido uma das motivações para as comunidades rurais aderirem à Renamo. Isso foi entendido pelas populações rurais como desrespeito e agressão aos seus modelos culturais.

Seja como for, estas e outras discussões fundamentam a necessidade de pesquisas sobre a história contemporânea de Moçambique. Independentemente da direção a ser tomada por distintos pesquisadores, tanto a Renamo quanto a Frelimo se colocam como objetos de pesquisa de peso. O futuro Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais tem de acolher diferentes pontos de vista, no sentido de fornecer aos usuários acervos que lhes possibilitem realizar seus trabalhos com coerência.

### **CAPÍTULO III - HISTÓRIA ORAL**

A história oral como técnica moderna de documentação está associada à Columbia History Office, estabelecida por Allan Nevins e Louis Starr, jornalista e historiador da Universidade de Colúmbia, em 1948, nos Estados Unidos da América. Nevins começou a gravar relatos e experiências de vida de pessoas e instituições notáveis da sociedade norte-americana. ( Michael Trebitsch,1994:20).

Os anos de John Fitzgerald Kennedy mostraram outra América: uma nação marcada por profundas diferenças sociais e abalada pela guerra do Vietnã. Em consequência disso, surgiram movimentos radicais de negros, feministas, pacifistas e outros excluídos, exigindo seus direitos civis. Esses movimentos foram sobejamente pesquisados pela história oral, tendo sido realizados, em 1961, estudos antropológicos de culturas minoritárias. Nesse momento, a história oral foi vista como uma “contra história” (Trebitsch, 1994: 19-21).

Alastair Thomson (2000) considera que foi a partir das décadas de 1980 e 1990 que intelectuais de diferentes áreas do saber começaram a usar amplamente este método. Sociólogos, antropólogos, historiadores sociais, psicólogos, entre outros, desenvolveram projetos de história de vida de cunho biográfico, bem como estudos socioculturais relacionadas com histórias individuais e coletivas tomando por base a metodologia da história oral.

Nesse período houve uma explosão de pesquisas utilizando histórias de vida, orais e escritas, em uma ampla gama de campos intelectuais, geralmente os que atravessavam fronteiras disciplinares tradicionais, como a sociologia de história de vida, as abordagens biográficas e autobiográficas em estudos literários, antropologia, estudos culturais, psicologia narrativa, estudos de linguística e comunicação e trabalhos anexos que exploravam as relações entre identidade, memória e narrativa pessoal. (Idem:54)

Sendo uma metodologia baseada na coleta de depoimentos, os entrevistados participam ativamente na formação de acervos que sustentam os valores culturais, sociais e históricos das suas comunidades.

Embora inicialmente tenha encontrado certa resistência no meio acadêmico ocidental, pois as fontes coletadas não teriam a confiabilidade e a coerência capazes de

lhes dar crédito científico, esta metodologia foi, progressivamente ao longo da segunda metade do século XX, ganhando espaço e se afirmando. Vários trabalhos de história de vida foram realizados com líderes de minorias “étnicas, trabalhadores, mulheres, membros de grupos oprimidos ou excluídos”, permitindo o registro, de forma inovadora, das relações sociais e emoções dos depoentes, tais como, por exemplo, a sensação do casamento ou do enfrentamento da morte em campos de concentração. (Thomson, 2000: 51)

Como mostram Verena Alberti, Alistair Thomson, Paul Thompson e Aspásia Camargo, a história oral é, hoje, uma metodologia consagrada para a constituição de acervos de caráter histórico. Aspásia Camargo (1994: 76) afirma que a história oral é uma metodologia pós-moderna devido à sua “imprevisibilidade, elasticidade e flexibilidade”. Segundo ela, o diferencial dessa metodologia advém do fato de se poder transformar o depoimento em fonte, já que o resultado do processo será “(...) uma entrevista gravada que podemos usar da mesma maneira que usamos uma notícia de jornal, ou uma referência em um arquivo, em uma carta”. Estamos assumindo, em concordância com Camargo, que a história oral não é ciência ou disciplina, como chegaram a postular alguns estudiosos nos primórdios do seu desenvolvimento, mas uma técnica:

em primeiro lugar, porque, mesmo em relação às ciências, esse estatuto “científico” é cheio de reservas. Em segundo, porque talvez seja parte do processo pós – moderno a liberdade de aceitar que há disciplinas de conhecimento que não se confundem e não coincidem necessariamente com a ciência. (idem: 78).

As fontes orais produzidas a partir de metodologia de história oral são um documento como, por exemplo, um livro, uma revista científica ou um registro que pesquisamos em uma instituição arquivística. A entrevista gravada pode ser usada como qualquer outra fonte, se pensarmos que todas as fontes de pesquisa, para serem utilizadas, devem ser contextualizadas e ter as suas condições de produção analisadas. Ou seja, pesquisadores podem recorrer a entrevistas de história oral para a realização de seus trabalhos, considerando as particularidades que as caracterizam – sobretudo o processo dialógico de sua produção -, pois a constituição dessas fontes obedece a um conjunto de procedimentos articulados de modo a produzir conhecimento confiável. (Camargo, 1994: 78)

Um dos pilares da história oral é a narrativa, pois para gravação de entrevistas de caráter histórico e documental, recorre-se a atores que vivenciaram os acontecimentos que se deseja investigar. O seu registro não pode acontecer sem o narrador, a fonte que descreve o percurso dos fatos, os seleciona, os coloca de forma cronológica e lhes atribui sentido: “As entrevistas, tomadas como fontes são uma forma de nos aproximarmos da realidade (do passado e do presente)” (Alberti, 2007: 77).

Para muitos programas radiofônicos, televisivos e mesmo para jornais impressos, a base da coleta de dados é a entrevista gravada, para não falar dos usos do gravador nos trabalhos de campo de cunho acadêmico. À primeira vista pode parecer que todas as modalidades de entrevista são similares, confundindo-se com a história oral, mas, na verdade, existem profundas diferenças entre a entrevista de caráter jornalístico e a entrevista de história oral.

Para um repórter, a entrevista pode representar ínfima parte da matéria jornalística. Mesmo tratando de temas ou assuntos que mereçam destaque, o entrevistado aparecerá preenchendo pequenos espaços. A autoria da matéria é sempre do repórter, que deve ocupar o maior espaço, “costurando” falas, imagens e informações de distintas procedências. De acordo com os objetivos do trabalho jornalístico, o entrevistador procura extrair do entrevistado apenas o que precisa para compor a sua matéria. A entrevista de história oral tem outros objetivos e obedece a distintos procedimentos metodológicos, como veremos adiante. Sua finalidade é produzir registros sonoros ou audiovisuais a partir do diálogo que o entrevistador estabelece com o entrevistado, um diálogo no qual o seu papel primordial será o de estimular, com suas perguntas, a memória do seu interlocutor. Contrariamente ao que acontece na imprensa, onde o entrevistador é condicionado pelo tempo ou pelo espaço de que dispõe, para o pesquisador que utiliza a história oral, o tempo é fator fundamental no seu trabalho, pois é importante não apenas preparar-se cuidadosamente antes de realizar a entrevista como dispor do tempo necessário à escuta do entrevistado. Esta é uma das diferenças entre o pesquisador que usa a metodologia de história oral e aqueles que recorrem à entrevista apenas como forma de coletar depoimentos com finalidade diferente da de montar um acervo para a posteridade.

Na verdade, o debate sobre a entrevista em história oral como procedimento metodológico mereceu atenção até começo dos anos 1970.

Atendendo à feroz crítica de cientistas sociais positivistas e historiadores documentalistas tradicionais, alguns dos primeiros manuais de entrevistas procuraram legitimar a história oral advogando um modelo [científico] para a entrevista: o entrevistador deveria usar um questionário consistente e cuidadosamente estruturado de modo a facilitar a análise comparativa; ele ou ela, deveria controlar o enfoque e o fluxo da entrevista, mantendo, porém, uma presença neutra e objetiva, evitando, assim, afetar adversamente as histórias contadas; deveria conduzir entrevistas individualmente e fazer o mínimo de interrupções possível. (Thompson, 2000: 48).

De acordo com o autor, nos primeiros momentos, os historiadores orais encontraram uma série de dificuldades no sentido de usar a entrevista além dos “padrões” considerados científicos para a sua aceitação.

Contudo, os historiadores vieram a perceber, nos últimos anos, o fato crucial – derivado, em parte da antropologia e de estudos sobre as comunicações e promovido por pesquisadores feministas - de que a entrevista é uma relação que se insere em práticas culturais particulares e que é informada por relações e sistemas de comunicação específicos. Em outras palavras, não existe uma única [maneira certa] de entrevistar, e a maneira que o [bom senso] indica como [certa] para entrevistas com membros da elite política branca do sexo masculino pode ser completamente inadequada em outros contextos culturais. (idem).

Comparando os diferentes momentos, pode-se afirmar que as primeiras gravações feitas em 1948 nos Estados Unidos da América por Allan Nevins eram de certa forma diferentes das realizadas atualmente com a finalidade de criar documentos assim como as que são realizadas para reportar acontecimentos imediatos.

### **III.1. Metodologia de História Oral**

Isso justifica a necessidade de formação sistemática dos pesquisadores que terão esta metodologia como instrumento de trabalho. Distinguir o tipo de entrevista a ser realizado e o comportamento do entrevistador em história oral é um fator decisivo para a obtenção de resultados esperados em cada projeto. Além disso, ele deve estar bem consciente de que a sua função é ajudar a “relembrar” fatos que levarão o indivíduo a “reconstruir” a história da sua vida, do seu grupo ou de seu país. Neste sentido, “a História Oral ajuda o pesquisador a construir uma biografia diferente das que vinham sendo feitas até hoje.” (Camargo, 1994: 82). Conforme a autora, pretende-se com esse objetivo pretende-se sofisticar a técnica de biografia pelo crivo longitudinal pelo fato de

não ser literário e sem rigidez metódica. Desse modo, criou-se a possibilidade de fortalecer o método de história oral pela potencialidade que ele tem de fazer um controle objetivo dos fatos e das interpretações destes através da coerência longitudinal, temporal, e não da coerência horizontal, transversal. “Em outras palavras, o que dá ao pesquisador a certeza de que o que ele está produzindo é verdadeiro ou falso é a possibilidade da coerência interna do discurso enunciado segundo a lógica da trajetória do entrevistado” (Idem:82-3). Propusemos um Centro que trabalhe com a metodologia de história oral pelo fato de possibilitar a realização de pesquisas em diferentes áreas acadêmicas e sociais. Alberti (2005) concorda com Thomas e Znaniecki (citados por Trebitsch, 1994), quando afirmam que a história oral é uma ferramenta com a qual se pode trabalhar em estudos de acontecimentos sociais. Pensamos que este método é apropriado para o projeto proposto, pois, como se pretende criar fontes de pesquisa e disponibilizá-las ao público acadêmico, a metodologia de história oral parece representar a melhor opção para a formação de um acervo diversificado tematicamente e consistente do ponto de vista histórico. Cabe lembrar, mais uma vez, que, em Moçambique, a oralidade ainda é uma das formas mais acentuadas de transmitir conhecimento.

### **Planejamento e gravação de entrevistas**

Toda entrevista em história oral deve ser antecedida de um projeto, instrumento essencial para orientação dos pesquisadores sobre o trabalho preliminar a ser realizado e os objetivos que se pretende atingir com as entrevistas. É o projeto que define o problema ou o evento que se deseja conhecer e, assim, define os depoentes que deverão ser ouvidos para atingir àqueles objetivos. A concepção de um projeto leva em conta as delimitações espacial e temporal, sendo a partir daí que os pesquisadores definirão como e onde começar o trabalho.

Na história oral, a pesquisa e a documentação estão interligados de maneira especial, uma vez que é realizado uma pesquisa em arquivos, bibliotecas etc., e com base em projeto, se produzem entrevistas, que se transformarão em documentos, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta a documentos é, portanto, bidirecional: as fontes já existentes são consultadas para a pequena e a sinalização de entrevistas, e estas torna-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início. (Alberti,2002:81). É



fundamental notar que em alguns casos pode haver falta de fontes para a pesquisa exploratória. Alberti explica que isso não deve limitar o pesquisador, pois é possível investigar o objeto fora das bibliotecas convencionais, recorrendo a fontes locais do objeto de estudo. Durante a preparação da entrevista, pode-se decidir responder a questões como quem entrevistar, onde e quando, além dos meios que serão necessários. Com as respostas, o passo seguinte é a preparação da equipe técnica, incluindo os pesquisadores.

O perfil do projeto vai ditar a lista qualitativa e quantitativa de entrevistados:

“ Uma entrevista será sempre produto de uma situação singular, a relação entre entrevistado e entrevistador é estabelecida de acordo com a imagem que se fazem de si mesmo e de outro, sendo o conhecimento prévio entre ambos-se houver- mais um entre muitos dados sobre os quais cada um constrói estas imagens” (Idem:86)

### **Entrevistadores e entrevistados**

Ser bem sucedido como entrevistador exige habilidades e conhecimentos específicos e, por isso, o entrevistador deve preparar-se bem antes da gravação de uma entrevista. Existem diferentes estilos de entrevista, desde a conversa amigável e informal até o estilo mais formal e controlado de perguntas. Um bom entrevistador deve desenvolver uma variedade de métodos e essa habilidade pode resultar em boa condução da entrevista e, por conseguinte, produzir resultados surpreendentes. Em história oral, a boa relação entre o entrevistador e o entrevistado é extremamente importante. Por isso, Thompson assinala que, além de habilidades, o entrevistador deve possuir “interesse e respeito pelas outras pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar” (Thompson, 2002: 254).

Para Thompson, o entrevistador deve ser um homem com rosto sentimental e não um homem despido desse fator. Será, portanto, esse sentimento (humano) a chave para a compreensão social que o colocará próximo do entrevistado, permitindo-lhe atingir seus objetivos. Na linha do que Bourdieu designa como “violência simbólica”, Thompson sublinha o necessário respeito pelo entrevistado, assinalando outra qualidade que o entrevistador deve possuir: *saber ouvir e calar-se*. Esta pode ser uma das qualidades fundamentais do historiador oral.

Para se minimizar conflitos, é necessário entender os diferentes campos que atuam no mesmo espaço e os capitais culturais dos entrevistados. (Bourdieu, 2007: 695). A violência pode ser um dos fatores limitantes para se atingir resultados esperados em uma entrevista, quando algumas vezes os entrevistadores exercem “imposições metodológicas” aos entrevistados e quando os primeiros mostram que sabem mais do que os segundos (idem: 695). Para o sociólogo francês, o pesquisador precisa “negociar” e, neste sentido, é necessário investir na possibilidade de reduzir a distância dos dois no contexto sociocultural. Neste sentido, o conhecimento de valores culturais do entrevistado pelo entrevistador é fundamental, porque todo o processo seguinte pode depender dele.

No entanto, ainda segundo Bourdieu, em determinado momento da pesquisa social, alguns pesquisadores priorizaram a familiarização que os entrevistadores tinham com o tema. Neste sentido, os pesquisadores deviam ser aqueles que de certa forma nutriam simpatias ou alguma aproximação histórica com as comunidades a estudar, pois pensava-se que se reduziria a “violência simbólica” em virtude dos pesquisadores estarem próximos dessa realidade e partilharem os mesmos valores (idem: 697). Muitos projetos não tiveram êxito, porém, porque entre o pesquisador e o pesquisado formou-se uma relação de “cumplicidade” afetiva, que comprometia os objetivos científicos.

A investigação exaustiva do objeto de estudo, por parte do entrevistador, em fontes primárias e secundárias, é um passo fundamental do processo de realização das entrevistas, porque permite juntar informações importantes para conduzir a entrevista de forma segura. Ampliar e aprofundar o conhecimento sobre o tema não significa saber tudo a seu respeito, mesmo porque, se isso fosse possível, não haveria necessidade de prosseguir na pesquisa. Entretanto, essa medida é fundamental para a produção dos documentos de história oral. “(...) Sem esta investigação aprofundada sobre o tema, corre-se o risco de subaproveitar o potencial do trabalho com a história oral, uma produção intencional de documentos com participação ativa dos pesquisadores (...)” (Alberti, 2005: 82) No entanto, nenhuma pesquisa pode ser considerada suficiente. Quase sempre, alguns aspectos podem escapar e tornar o pesquisador ingênuo perante o entrevistado experiente, que pode pensar que seu interlocutor tem conhecimento limitado do assunto (Thompson, 2002: 255-260)

Quando o entrevistador é bastante jovem em relação ao entrevistado, pode acontecer deste tomar aquele como seu filho ou neto e, nestas condições, ele assume o papel de quem tem mais experiência. Sendo verdade, às vezes produz efeitos surpreendentes porque isso leva o entrevistado a se sentir mais à vontade e a probabilidade de alcançar os objetivos da pesquisa aumenta.

### **Roteiros e perguntas**

O roteiro de entrevista é um instrumento que orienta o pesquisador durante os depoimentos e sem ele dificilmente se pode conduzir uma entrevista objetivamente. Através do roteiro, o entrevistador pode se sentir seguro para aprofundar ou até contestar alguma informação prestada pelo entrevistado, apontando para aspectos que não foram lembrados, espontaneamente, pelo depoente.

Existem três tipos de roteiros: geral, individuais e parciais. O geral deve ser elaborado após a etapa de pesquisa exaustiva sobre o tema, a partir da sistematização do conhecimento adquirido. Funciona como instrumento que garante a unidade de todas as entrevistas dentro de um mesmo projeto, na medida em que apresenta o quadro geral no qual se desenrolaram os eventos que se pretende investigar. Já os individuais,

(...)são elaborados a partir de um cruzamento da biografia do entrevistado com o roteiro geral da pesquisa (...). Os roteiros parciais devem ser elaborados nos intervalos de sessões de cada entrevista, com base no roteiro individual obtido pelas pesquisas sobre o tema e sobre a biografia do entrevistado (Alberti, 2005: 98).

Neste sentido, percebe-se que existe uma relação estreita entre os três tipos de roteiros, um complementando o outro. A elaboração de roteiros parciais ajuda o entrevistador a refletir sobre o que foi dito na sessão anterior e a refletir sobre a melhor maneira de conduzir as etapas seguintes da entrevista. A flexibilidade consiste na capacidade do entrevistador atualizar os roteiros elaborados anteriormente com base no que acontece no próprio decorrer da entrevista.

O entrevistador pode recorrer a diferentes tipos de perguntas de acordo com o que pretende saber, evitando, porém, questões diretas e fechadas e que levem o entrevistado a limitar as respostas a simples *sim* ou *não*. Estes tipos de perguntas não abrem espaço para argumentação ou comentários e não ampliam o diálogo entre o

entrevistador e o entrevistado. O tipo de pergunta ideal deve ser aberto, como, por exemplo: ‘conte-me a respeito de...’, ‘o que você pensa /acha disso?’, ou ‘você pode me falar sobre isso?’ Assim, os historiadores orais devem dar espaço para reflexão ao entrevistado e, quando estimulado pelo entrevistador, o resultado pode ser excelente.

(...) No correr de toda a entrevista, sempre que você obtiver um fato insuficiente, que considere que pode ser elaborado utilmente, você pode inserir uma interjeição provocadora – ‘isso parece interessante, ou, mais diretamente, ‘Como?’ ‘Porque não?’ ‘Quem era esse?’. (Thompson, 2002: 260-1).

Estas e outras formas de interação entre entrevistado e entrevistador podem evitar que o primeiro vagueie pelo mundo das emoções, deixando de lado o que Thompson chama de “lembranças detalhadas”. Esse autor sugere que algumas perguntas sejam diretivas, partindo da opinião do pesquisador a partir de pesquisas realizadas sobre o assunto. Tendo consciência do grau de conhecimento do entrevistado, o pesquisador pode fazer uma introdução que o leve a responder o que mais interessa para a pesquisa. Por exemplo: “você pode me falar sobre um momento em que teve que castigar severamente...?”, “naquele tempo, a maioria das pessoas trazia para casa objetos que pegavam na fábrica?”, ou “ouvi dizer que o prefeito era um homem de trato muito difícil para quem trabalhava com ele” (idem: 261). A formulação destes tipos de perguntas propicia a formulação de uma resposta franca, pois parte do pressuposto de que o entrevistador tem conhecimento do assunto

### **Local para realização das entrevistas**

O lugar para realização de entrevista varia segundo os objetivos da entrevista, assim como a disponibilidade do entrevistado, entre outras condições. Para a entrevista de história de vida, Thompson (2002) sugere que ocorra na casa do entrevistado. Além da familiaridade com o espaço, o entrevistado tem à sua volta objetos que marcaram sua vida desde a infância, tais como os móveis, quadros pendurados nas paredes, a vista da janela, o tique-taque do relógio de mesa que foi do avô, etc., enfim, objetos intimamente ligados ao entrevistado, que podem desempenhar papel importante para a recordação de passagens de sua vida e da família. O pesquisador pode aproveitar esses objetos e enriquecer seu roteiro, como, por exemplo, reparando em uma fotografia antiga da família e relacionando-a com o seu estatuto social, de modo a perceber até que ponto

aquela figura fora importante para a vida do entrevistado. Isso pode, portanto, estimular diversos tipos de lembranças.

Além da residência, a entrevista também pode ocorrer em outros lugares, como no gabinete de trabalho, no ginásio, na biblioteca, etc. Contudo, Thompson adverte no sentido de que seja realizada com a presença apenas do entrevistado.

A completa privacidade proporcionará uma atmosfera de total confiança, em que a franqueza se torna muito mais possível. A presença de outra pessoa na entrevista não só inibe a franqueza, como também exerce sutil pressão no sentido de um testemunho socialmente aceitável. Felizmente, porém, nem tudo é desvantagem. Um velho casal, ou um irmão e uma irmã freqüentemente proporcionarão correções das informações positivamente úteis (...). (idem: 265-6).

Assim, em história oral, deve-se estar atento para o que Alberti (2002: 106) denomina de “circunstâncias de entrevista”. Aqui, inclui-se o local, assim como a duração da entrevista e o número de pessoas envolvidas - entrevistadores, entrevistado -, bem como os meios técnicos necessários para o registro dos depoimentos. À semelhança de outras experiências, admite-se a possibilidade da entrevista realizar-se em um lugar a combinar entre o entrevistado e a equipe técnica. Quando há disponibilidade do entrevistado, pode ser realizada no estúdio do programa de história oral, instalado especificamente para este fim, com ótimas condições acústicas e áudio-visuais. “O importante é que o local de realização da entrevista contribua para se atingir os objetivos que a geraram e não prejudique a realização estabelecida, nem a gravação do depoimento” (Idem: 107)

### **Processamento e armazenamento de entrevistas**

O processamento e o armazenamento das entrevistas constituem etapas fundamentais de um programa de história oral, consistindo na transferência dos depoimentos da forma oral para a escrita através da transcrição. Durante esse processo se realizam procedimentos que vão garantir a confiabilidade esperada do produto final. Há pouco tempo atrás, as entrevistas eram quase todas transcritas e disponibilizadas ao pesquisador ou usuário em forma de texto, mas atualmente também podem ser “ouvidas na fita gravada” (Alberti, 2005: 173). Porém, isso varia de programa para programa, pois, a apresentação final que se pretende é que dita o tipo de suporte final do depoimento. Thompson (2002: 279) assinala que o passo imediatamente após a

gravação é o processo de armazenamento, que consiste em indexação, escrita e da apresentação da história com evidência oral. Ou seja, ordenar ou criar um índice para facilitar a localização dos arquivos contendo informações básicas do entrevistado.

Como a qualidade do trabalho final tanto depende de quem faz a transcrição como da qualidade da gravação durante a entrevista, pode ser conveniente elaborar uma ficha de orientação para escuta do transcritor, com informações necessárias à compreensão do depoimento, desde a lista de nomes próprios proferidos, passando pela explicação de trechos pouco claros, pela correção de dados inexatos e o esclarecimento de palavras ou frases difíceis de entender, até a descrição de gestos, expressões faciais ou outras circunstâncias que acompanham e muitas vezes alteram o conteúdo do discurso (no caso de não se estar filmando a entrevista), ou seja, um caderno de notas que poderá ser elucidativo no momento da transcrição. Esta é realizada por uma equipe externa ou interna ao programa de história oral, mas em ambos os casos, os seus componentes devem estar familiarizados com o programa e a pesquisa que está sendo desenvolvida.

As etapas do processamento são realizadas sucessivamente, de modo que a qualidade de cada uma delas influirá na realização das posteriores. Isso significa, que, por exemplo, quanto melhor a transcrição de um depoimento, mais fáceis e ágeis serão as tarefas subsequentes. (Alberti, 2005: 174).

Percebendo a importância do processamento e armazenamento dos depoimentos, o programa de história oral a ser implantado será equipado de modo a garantir a durabilidade do acervo por ele gerado ou de outra proveniência.

### **III.2. Programa de História Oral**

O funcionamento do Centro dependerá muito do programa de história oral a ser criado e do equipamento de gravação e de reprodução de áudio/vídeo a ser adquirido em função dos limites financeiros da instituição. À medida que for aumentando suas atividades, poderão ser alocados mais recursos, sempre de acordo com as capacidades e os objetivos a serem alcançados. Neste sentido, o Centro deverá contar com equipamento de gravação portátil para trabalho de campo, micros de grande e pequeno porte para gravação dentro e fora do estúdio, amplificadores e *mixers* para melhorar a qualidade de som, câmaras de filmar, vídeos e computadores para produzir e guardar arquivos e manter uma base de dados de controle do acervo.

## Equipamentos para o funcionamento do Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais

A tabela abaixo mostra a proposta provisória do equipamento que poderá ser instalado. Contudo, falta ainda a avaliação de custos e quantidade de cada produto.

Discriminação
Gravador de áudio digital Roland Edirol R-09
Cartões de memória SD de 2GB de capacidade (p/ gravador Edirol R-09)
Computador (configuração mínima): Pentium Dual Core, 2 GB de memória, 2 HDs de 120 GB cada, 7200 RPM, SATA, entradas e saídas Firewire, gravador de DVD
Nobreak SMS Manager III senoidal 1.4 kVA
Microsoft Windows XP Professional ou Home Edition com Service Pack 2 ou superior
Placa de som M-Audio Audiophile 192
Mesa de som com (no mínimo) quatro canais, com entradas e saídas digitais, e saída para headphone
Conversor de áudio analógico-digital Behringer ULTRAMATCH PRO SRC2496
Headphone Sony
Microfones de lapela AKG com fio
Software de edição de áudio Wavelab 6, fabricado pela Steinberg
Software de edição de vídeo Adobe Premiere CS3
Câmera MiniDv Sony DSR-PD170
Tripé MNI SHII, fabricado pela Mattedi

Tabela1. Relação provisória do equipamento necessário. (Fonte: Cpdoc)

Tendo essa capacidade, o Centro poderá divulgar o material produzido no âmbito dos projetos, disponibilizando as entrevistas em uma sala de consulta equipada para esse fim ou os textos das transcrições via internet.

Esses textos deverão ser publicados em catálogos ou como livros de entrevistas editadas, através de parcerias com

As consultas poderão ser feitas tanto via internet como presencialmente. No acesso via internet os depoimentos disponibilizados terão formato menor, em termos de bytes, de maneira a viabilizar a pesquisa por este meio. Nas consultas presenciais os usuários terão acesso aos depoimentos em tamanhos originais, haja vista que usarão um meio direto de conexão com o banco de dados, tendo assim garantia de velocidade no acesso. A interface também será web, porém fechada de forma a disponibilizar nestes terminais apenas acesso ao acervo, evitando que os terminais sejam usados para outros

fins. O sistema se encarregará de utilizar as devidas permissões (baixar textos) segundo o cadastramento do usuário.

### **Estrutura organizacional**

As atividades se concentrarão, em um primeiro momento, na estruturação do programa de história oral do Centro, de modo a dar-se início à constituição do acervo de entrevistas que, além de atenderem aos projetos de pesquisa específicos em função dos quais serão realizadas, ficarão, posteriormente, disponíveis para consulta do público interessado. Nesse sentido, os pesquisadores do programa elaborarão os projetos de pesquisa ou estabelecerão parcerias com pesquisadores que, desejosos de realizarem entrevistas, decidam se unir ao Centro para aproveitar sua *expertise* no campo da história oral, seu equipamento, suas instalações ou sua estrutura de armazenagem e preservação de arquivos sonoros e audiovisuais.

Dessa forma, a estrutura organizacional proposta para o centro visa responder a esse conjunto de atividades e objetivos. Como sustenta Tessitore, a estrutura organizacional de um centro de documentação deve “refletir aquelas que forem definidas como suas funções, as quais poderão ser mais ou menos amplas, dependendo dos objetivos da entidade e dos recursos disponíveis”. (Tessitore, 2003: 20)

Como já fizemos referência, o Centro poderá funcionar na UNIZAMBEZE, instituição que está sendo implantado na região central de Moçambique, em parceria com a Universidade Eduardo Mondlane, o mais antigo estabelecimento de ensino superior do país. Em 2009, a UNIZAMBEZE está oferecendo cursos de graduação em medicina e farmácia e a partir do ano seguinte, terá graduação em ciências sociais (sociologia e antropologia). O Centro será integrado à estrutura organizacional da universidade, podendo se beneficiar da infra-estrutura da instituição e da proximidade com as comunidades docente e discente, ao mesmo tempo em que poderá funcionar como uma unidade de apoio às atividades acadêmicas. Os beneficiários do Centro serão, portanto, em primeiro lugar, professores e alunos da UNIZAMBEZE, além de pesquisadores de diferentes instituições, e a comunidade em geral, para a qual serão elaborados, a partir do acervo, “produtos” voltados para o grande público não especializado, mas interessado na cultura e na história do país. A figura a seguir mostra como será seu funcionamento:



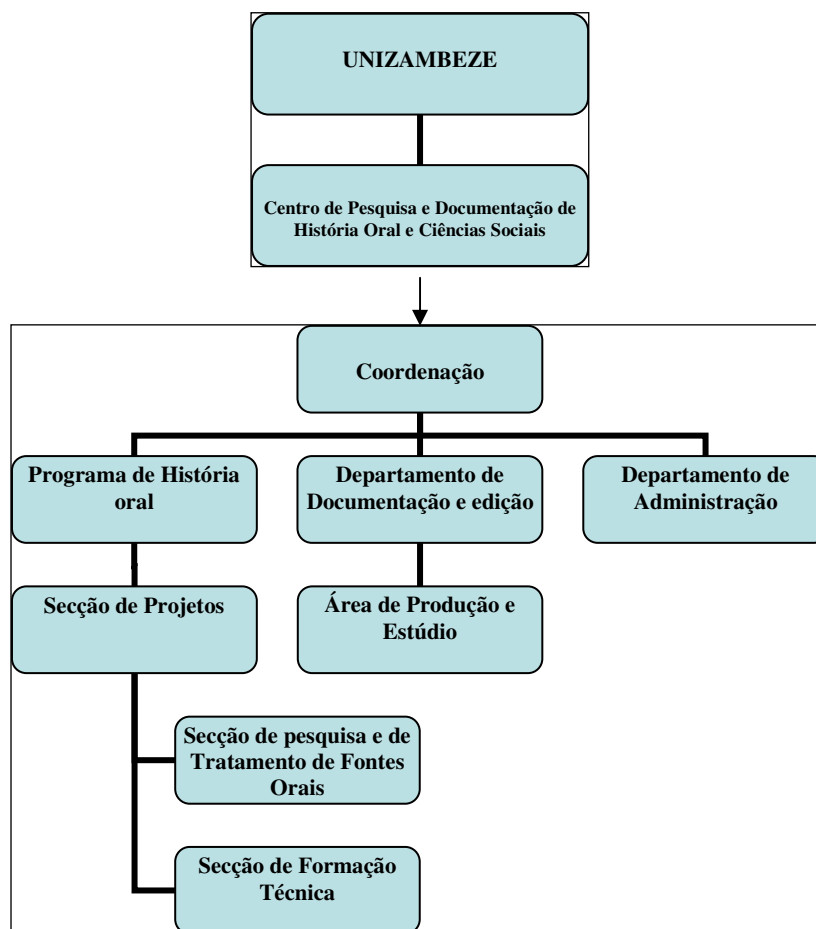


Fig 2. estrutura organizacional do Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais

A seguir, apresentamos as funções dos setores de atividade do centro.

### **Coordenação**

O Centro será dirigido por um coordenador, responsável por acompanhar os trabalhos nos aspectos técnico-científicos e administrativos. Algumas tarefas específicas:

- definir, junto com a equipe técnica, as políticas, linhas de atuação e programas de atividades;
- coordenar e acompanhar as atividades técnico-científicas desenvolvidas pelas diferentes áreas e programas;

- planejar e supervisionar a divulgação do acervo e os serviços prestados, definindo, juntamente com os coordenadores técnicos, a linha editorial, estabelecendo prioridades para publicação e acompanhando o processo de editoração;

- ministrar cursos de oficina sobre memória, programas de história oral, metodologia de história oral, bem como realizar a promoção desses eventos na sua área de especialização.

- promover e manter contatos com a comunidade acadêmica nacional e internacional, visando o estabelecimento de convênios e termos de cooperação.

- coordenar as atividades administrativas no que se refere a pessoal, material, instalações e equipamentos, de acordo com as necessidades dos programas e atividades planejadas e em desenvolvimento.

### **Coordenador técnico**

Deverá ser graduado ou pós-graduado em história ou ciências sociais. Coordenará a gestão e o tratamento documental do acervo e atuará em projetos de elaboração de referências pertinentes aos temas de especialização do Centro, tendo como atividades específicas:

- promover juntamente com o coordenador, a ampliação do acervo, avaliando a adequação das aquisições propostas ao perfil do centro;

- supervisionar o registro de entrada dos documentos do acervo e coordenar tecnicamente o tratamento documental do acervo;

- coordenar a produção de referências sobre os temas de especialização do centro.

### **Documentalista**

Deverá ser graduado ou pós-graduado em arquivologia, história ou ciências sociais. Será responsável pela gestão de informações relativas ao acervo do Centro e participará de projetos voltados para a sua difusão. Além disso, participa da classificação e catalogação do acervo sonoro, audiovisual, bibliográfico e iconográfico.

## **Técnico em preservação documental**

Será responsável pela conservação física do acervo e pelos serviços de reprodução de documentos. Deve realizar os trabalhos de higienização rotineira do acervo e de reparo em documentos danificados.

## **Equipe de acesso e difusão**

É responsável pelas pesquisas instrumentais, pela elaboração de referências, pelo atendimento ao público, pela divulgação do Centro e pelo intercâmbio com instituições afins.

- realizar pesquisas instrumentais de apoio às atividades de tratamento documental e de referência;

- elaborar obras de referência para atender às demandas de pesquisa de seu público e colocar o pesquisador em contato com fontes existentes em outras instituições e o modo de acessá-las;

- realizar o atendimento aos usuários na consulta ao acervo arquivístico, bibliográfico, hemerográfico e audiovisual;

- encaminhar e acompanhar o processo de edição das publicações;

- estabelecer intercâmbio com organizações e entidades afins, no sentido da troca de experiências sobre procedimentos técnicos e melhor difusão da informação.

## **Administração**

É responsável pelo controle administrativo do Centro, pela gestão financeira dos projetos e eventos realizados pelo Centro e pela gestão administrativa do pessoal.

## CAPÍTULO IV - TRADIÇÃO ORAL E FONTES ORAIS EM MOÇAMBIQUE

Uma das discussões a levar em conta quando se trata de pesquisa social em África são a tradição oral e as fontes orais. De modo particular, as sociedades da África meridional são predominantemente de tradição oral. Em Moçambique, assim como em outros países da região, tais fontes constituem o principal instrumento de comunicação e de pesquisa. A escrita é ainda um privilégio dos grandes centros urbanos, o que não quer dizer que as cidades estejam isentas da tradição oral. Nesses países, a tradição oral constitui o veículo que permite a transmissão de conhecimentos de geração para geração. De acordo com Amadou Hampâté Ba (1977:1),

quando falamos de tradição oral em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral e nenhuma tentativa de penetrar na história e no espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitido de boca a ouvido, de mestre ao discípulo.

Por esse motivo, o futuro Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais vai registrar manifestações da tradição oral dos grupos sobre os quais se debruçará nas pesquisas que vier a desenvolver. O programa de história oral do Centro vai ter como missão produzir fontes históricas que permitam escrever e estudar a história recente de Moçambique, porém, e isso é importante salientar, as entrevistas estarão voltadas, também, à valorização do papel da tradição oral.

Vale a pena refletirmos sobre a tradição oral e sua importância no contexto do continente africano como um todo. De acordo com Boubou Hama e Joseph Ki-zerbo (1981), o tempo divide-se segundo dois registros diferentes: mítico e social. O tempo “mítico” é caracterizado pela representação fantástica do passado. Esse passado é fundamentado pela inexistência de fronteiras ou delimitações do período em que os fatos ocorreram. As épocas são datadas tendo como referência os eventos que as caracterizaram. Não há, segundo esse registro, o rigor cronológico.

Muitas vezes, o tempo é representado pelos grandes acontecimentos locais ou regionais, como, por exemplo, as consequências das calamidades naturais: uma seca prolongada, cheias que provocam desgraças nas comunidades, grandes pragas que destruíram cultivos etc. ou ainda a morte de um grande líder tribal. Essa forma de medir o espaço temporal não específico, contudo, permite aos membros das sociedades perceberem mudanças sociais.

Para os autores, o tempo mítico está frequentemente relacionado a fatores externos ao indivíduo, como os fenômenos cósmicos, climáticos e sociais, sobretudo quando são recorrentes. O exemplo das comunidades que habitam as savanas sudanesas ilustra bem essa concepção do tempo mítico. De acordo com Boubou Hama e Joseph Ki-zerbo (1981), “entre os adeptos das religiões africanas tradicionais, geralmente conta-se a idade pelo número das estações chuvosas. Para identificar que um homem é idoso, fala-se do número das estações das chuvas que ele viveu ou, através de uma imagem, que ele “bebeu muita água” (p. 8).

Já o tempo social é representado pela história vivida pelo grupo ao longo do tempo. A história é transmitida por representantes ou personagens que simbolizam o poder, como patriarcas, chefes de clã ou o rei. Muitas vezes esse poder está relacionado a representações simbólicas cujo valor é passado de geração para geração:

O próprio caráter social da concepção africana da história lhe dá uma dimensão histórica incontestável, porque a história é vida crescente do grupo. O tempo não é a duração capaz de dar ritmo a um destino individual; é o ritmo da coletividade. Não se trata de um rio que corre num sentido único a partir de uma fonte conhecida até uma foz conhecida. (idem:1-6)

A complexidade da tradição oral leva quase sempre ao questionamento da sua legitimidade como fonte histórica. Infelizmente, isso não acontece apenas com a tradição oral na África, mas em todas as outras sociedades onde predomina a oralidade. No entanto, a principal característica das sociedades de tradição oral é o comprometimento dos seus membros com relação aos “fatos da fala”. Nas sociedades da escrita, ao contrário, os compromissos são fechados de acordo com documentos oficiais autenticados em cartórios e com estampilhas fiscais. Porém, nas sociedades de tradição oral, a palavra substitui todo esse complexo. A palavra é valiosa e não contém apenas o valor moral como também é associada à divindade, a forças que atuam fora da vontade do indivíduo. Nessas sociedades “o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido por ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito da palavra” (Hampâté Ba,1977:2).

Amadou Hampâté Ba assegura que a tradição oral não se limita a histórias e lendas ou mesmo a relatos mitológicos ou históricos; os *griots*<sup>18</sup> estão longe de ser seus únicos guardiões e transmissores qualificados: “A tradição oral é a grande escola da vida, dela recupera e relaciona todos os aspectos” (1981: 2).

Já Jan Vansina (1981) afirma que uma das características da tradição oral é o verbalismo. Este autor adverte que nem tudo que é transmitido de forma verbal constitui tradição. Ele distingue dois tipos de informantes:

1. Informante ocular: é a fonte imediata que vivenciou os fatos relatados e, sendo assim, possui alto grau de fidedignidade porque o nível de distorção é baixo.

2. Boato: resulta de ouvir dizer. Constrói-se a partir de fragmentos que podem até atingir níveis de tradição quando apropriados como expressão da realidade popular diante de um determinado acontecimento. Neste nível, a informação torna-se pouco crível devido ao alto grau de distorção. Vansina defende mesmo a sua exclusão porque apesar de transmitir mensagens, boatos são constituídos de imprecisões. Para este autor, a tradição oral leva em conta, além do verbalismo,

depoimentos como as crônicas orais de um reino ou as genealogias de uma sociedade segmentária, que conscientemente pretenderam descrever acontecimentos passados, mas também toda uma literatura oral que fornecerá detalhes sobre o passado, muito valiosos por se tratar de testemunhos inconscientes, e, além do mais, fonte importante para a história das ideias, dos valores e da habilidade oral” (Vansina, 1981:2).

As tradições orais incluem, portanto, expressões artísticas.

Falando de expressões artísticas, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais irá trabalhar com as tradições orais dos diversos grupos sociais. De acordo com Vansina, as tradições orais são obras literárias que deveriam ser estudadas do modo como acontecem no meio social. Para o caso de Moçambique, sabemos que o canto e o conto encontram-se embutidos na literatura oral. Por isso, o registro de depoimentos sobre práticas culturais incluem, ao mesmo tempo, expressões poéticas que valem a pena ser preservadas devido ao seu valor e ao seu conteúdos. Muitas vezes, a sua interpretação exige profundo conhecimento da sua origem. Para o autor, as tradições orais africanas abrangem o vasto universo da literatura oral

---

<sup>18</sup> Palavra que designa contadores de histórias, aqueles que conhecem as tradições relativas a toda um série de diferentes eventos. Muitos se encontram atualmente na África Ocidental – Mali, Gâmbia, Guiné e Senegal. Disponível em Wikipédia, a enciclopédia livre. 8.11.2009.

(provérbios, orações etc.), aspectos que não poderão ser excluídos nos depoimentos a ser preservados pelo Centro.

Enquanto Boubou Hama e Joseph Ki-zerbo (1981) distinguiram dois tempos na tradição oral, o mítico e o social, Jan Vansina discrimina dois níveis da tradição oral: superfície social e estrutura mental. Na superfície social encontra-se inscrito tudo o que é relevante para uma sociedade, sua organização e funcionamento. A organização de instituições assim como direitos e obrigações dos membros dessas sociedades são regulados neste nível. Os status sociais e os respectivos papéis sociais são aí desenhados cuidadosamente. Para este autor, “toda a instituição social, e também todo o grupo social, têm uma identidade própria que traz consigo um passado inscrito nas representações coletivas de uma tradição que o explica e justifica. Por isso, toda tradição terá sua superfície” (p. 7).

Dentro desse espaço, também se distinguem tradições oficiais e particulares. A tradição oficial é aquela que aspira ao direito público e representa o universo sociocultural de uma dada sociedade. Tradições oficiais são, portanto, aquelas que foram sendo preservadas e constituem patrimônio do Estado ou, como diria Maurice Halbwach (2008), são a sua memória histórica. As tradições particulares são as que pertencem a cada grupo e a sua preservação é feita ao nível mais restrito, incluindo a família. Os grupos e instituições reconhecem o valor singular dessas tradições, mas elas não têm o mesmo peso que aquelas cujo valor representa um universo mais abrangente. Podemos afirmar que a superfície social de toda sociedade é resultado do somatório das superfícies culturais mais relevantes de cada grupo, pois, “cada tradição tem a sua própria superfície social” (Vansina, 1981: 7).

Ainda segundo Vansina, algumas manifestações da tradição oral representam memórias coletivas. Cada grupo social possui valores que o representam, e ele designou estes valores de estrutura mental. Trata-se das representações coletivas inconscientes de uma civilização, que influenciam todas as formas de expressão e, ao mesmo tempo, constituem a percepção do mundo. A estrutura mental varia de grupo para grupo

Pensamos que estes aspectos são fundamentais para a pesquisa em história oral e ciências sociais que pretendemos implantar em Moçambique. Como temos estado a mostrar, a ferramenta com a qual trabalharemos é a metodologia de história oral. Contudo, a sua aplicação em um país como Moçambique exige que se conheça, de fato, as diferentes superfícies sociais que operam na sociedade. Vansina nos alerta sobre o perigo de mergulhar em um terreno tradicional apenas com ferramentas modernas.

Realmente, precisamos lançar mão delas, mas devemos estar atentos para especificidades históricas e culturais dos grupos com os quais vamos trabalhar. Isso quer dizer que o Centro deverá empreender esforços no intuito de treinar técnicos e colaboradores, discutir os mecanismos, aprofundar e cruzar conhecimentos locais, de modo a coletar informações que mereçam ser preservadas para a posteridade.

Importa destacar que o tema das fontes orais não é novidade em Moçambique. Uma das experiências a levar em consideração vem do Instituto de Pesquisa Sócio-Cultural (ARPAC)<sup>19</sup>.

Nos primeiros anos de atuação, a instituição procedeu à coleta de depoimentos sobre aspetos socioculturais usando o gravador a fita em quase todo o país. Desde então, tornou-se tradição em muitas outras instituições, particularmente as universidades, o uso de fontes orais. As fontes então coletadas encontram-se armazenadas em todas as províncias onde existe uma delegação do ARPAC. Centenas de horas de gravação sobre temas etnográficos e históricos fazem parte do acervo.

A coleta de dados teve início na década de 1980, no contexto de um projeto de preservação do patrimônio cultural moçambicano. Foi a partir desse projeto que os pesquisadores iniciaram o contato com as fontes orais. Os projetos concebidos pelo ARPAC tiveram nas fontes orais a sua base de pesquisa porque, nessa altura, não havia quase nada escrito que servisse de ponto de partida para a investigação histórica e antropológica. Manuel Rodrigues João<sup>20</sup> (2009) afirma:

Para mim e os meus colegas, as fontes orais foram e continuam sendo a base para a pesquisa dos nossos projetos. Quando se pensa em projetos, pelo menos a nível institucional de pesquisa em Moçambique, sabemos que vamos buscar o que queremos no campo através de fontes orais.

De acordo com Domingos do Rosário Artur (2009)<sup>21</sup>, as fontes orais são as principais fontes para a pesquisa em ciências sociais no país. A tradição oral é a forma mais comum de transmitir o conhecimento, principalmente entre as comunidades rurais.

---

<sup>19</sup> Apesar de o Centro passar a denominar-se Instituto de Pesquisa Sócio-Cultural, continuou a usar a sigla (ARPAC)- Arquivo do Patrimônio Cultural.

<sup>20</sup> Pesquisador do ARPAC desde 1982. Licenciado em sociologia pela Universidade de Paris 8. Faz parte do primeiro grupo de pesquisadores formados no começo da década de 1980. Fez o curso de agente de preservação cultural no Centro de Estudos Culturais – Maputo entre 1982-1984. Entrevista concedida ao autor no dia 10 de janeiro de 2009, na cidade da Beira.

<sup>21</sup> Foi pesquisador e diretor do ARPAC em Manica, na região central de Moçambique. Licenciado em sociologia pela Universidade de Paris 8. Publicou vários trabalhos sobre a história e os aspetos socioculturais de Moçambique. Diretor nacional da Cultura do Ministério da Educação e Cultura. Concedeu entrevista ao autor em 15 de fevereiro de 2009.



Neste sentido a oralidade faz parte do cotidiano das pessoas porque a dinâmica dessas sociedades se baseia nela.

A tradição oral não se cinge apenas à coleta de contos ou ao fantástico, mas também constitui o meio pelo qual as comunidades rurais conseguiram manter suas tradições, organização social, hierarquias do poder, periodização de atividades produtivas, de ritos de passagens e de iniciação, veneração aos antepassados etc. Cerca de 80% da população rural é tratada pela medicina verde. Isso significa que uma ínfima parcela da população total do país faz uso da medicina convencional. Ora, esse conhecimento é um dos patrimônios passados de geração em geração. Rosário Artur (2009) acrescenta:

A minha experiência nessa área mostrou que há muito conhecimento sobre medicina verde que faz parte do cotidiano das comunidades rurais. Se esse conhecimento fosse integrado nos sistemas modernos ajudaria a resolver uma série de enfermidades. Se a tradição oral fosse respeitada, as pessoas que têm esse conhecimento contribuiriam com o seu saber para a medicina convencional.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais poderá contribuir para registrar e sistematizar parte desse conhecimento, além de torná-lo disponível à consulta. Nesse sentido, os diferentes grupos sociais pesquisados poderão ver parte da sua tradição oral preservada e divulgada.

Assim como Domingos do Rosário, Vitorino Sambo (2009)<sup>22</sup> mostra sua preocupação com a marginalização das fontes orais e afirma que:

Muitas pessoas que têm o conhecimento da nossa história não sabem ler e escrever. O conhecimento é uma propriedade delas e a forma de partilhar com outras pessoas é contar o que sabem pela oralidade. Muitas dessas pessoas estão perdendo a vida e levam à cova o que sabem.

Vitorino Sambo argumenta que desde os primórdios da nossa história, incluindo a história moderna, a oralidade possibilitou traçar a trajetória das comunidades do país. No caso moçambicano, os pesquisadores jamais poderão escrever a história da guerra

---

<sup>22</sup> Docente da Universidade Eduardo Mondlane desde 1988. Formado em história pela Universidade Estatal de Odessa, na República da Ucrânia, na extinta União Soviética. Entre 1993/4, foi responsável pela área de investigação no ARPAC. Fez parte do primeiro grupo de pesquisadores que, na década de 1980, viajou ao Brasil para coletar experiência com a finalidade de criar em Moçambique a Unidade de Formação em Ciências Sociais (UFCS). Continua ligado a projetos de pesquisa dentro e fora da UEM. Entrevista concedida ao autor, no dia 19 de fevereiro de 2009, em Maputo.

civil recentemente terminada sem recorrer às fontes orais. No entanto, pouco tem sido feito para a sistematização de eventos nacionais ou locais.

Este fato nos leva a afirmar que entre os eventos que marcaram a história recente da história de Moçambique destaca-se a guerra e seu impacto devastador. A esse propósito, Sambo defende que uma das formas de escrever sobre ela é recorrer à história oral porque existe pouca informação sistematizada. Além disso, os atores que participaram desse evento podem ser de importância fundamental para esse registro.

De acordo com Luis Manuel Meno (2009),<sup>23</sup> a geração de pesquisadores que está sendo formada em Moçambique tem pouco contato com as fontes orais. O que tem sido evidenciado é a tradição oral como forma de transmissão de mitos e de lendas, não havendo ênfase no sentido de torná-la meio de produção do conhecimento científico. É necessário “romper” com a ideia de que o pesquisador social deve trabalhar exclusivamente com fontes escritas em detrimento das orais:

Há preconceitos que levam os pesquisadores a pensar que é mais fácil trabalhar em fontes escritas que as orais porque as primeiras fornecem-nos informação verídica. Defendem que as fontes orais são subjetivas. Neste sentido, penso que para trabalhar as fontes orais há um conjunto de regras, sobretudo a crítica das fontes como também se faz nas escritas. Isso lhes dá crédito como qualquer outra fonte.

Domingos do Rosário Artur (2009) sugere que a escrita da história contemporânea de Moçambique só pode acontecer se nos apoiarmos nos depoimentos e na história oral. Sem as fontes orais, não poderemos avançar porque, simplesmente, muita coisa ainda não foi escrita e, por outro lado, os documentos oficiais ainda não estão disponíveis. Além da história, vale lembrar que temos as práticas culturais como, por exemplo, os ritos de iniciação de diferentes grupos cujo conhecimento circula sem a devida sistematização.

A experiência com as fontes orais iniciada pelo ARPAC pode significar passo importante para o Centro e para a pesquisa social no país. Como podemos depreender, apesar de a prática de pesquisa tendo como foco a história oral ser ainda fraca, os pesquisadores sociais em Moçambique entendem que devem, necessariamente, se apoiar em história oral como um dos principais instrumentos de pesquisa.

---

<sup>23</sup>Licenciado em História: Economia Política de Transição em Moçambique e África Austral, pela Universidade Eduardo Mondlane e pesquisador do ARPAC. Docente de história política, história de educação e antropologia cultural na UP. Entrevista concedida ao autor no dia 26 de janeiro 2009, na cidade da Beira.

Retomando a experiência do ARPAC, pesquisadores da delegação de Manica realizaram a coleta de contos populares, que são narrados partindo da tradição oral. Foram selecionados 80 contos, recolhidos em toda a província. Associado a esse esforço de valorização das fontes orais e tradição oral, outras iniciativas nessa direção foram tomadas por pesquisadores moçambicanos. Uma delas foi o primeiro Festival Nacional de Canto e Dança, realizado em 1978. Segundo Renato Matusse (2002), o evento representou um passo muito importante para, de uma só vez, juntar muita riqueza apoiada em tradição oral. A fase nacional do festival juntou 250 artistas que levaram ao palco todo o mosaico cultural do país.

A canção e a dança incorporam a poesia e todos os rituais que as tornam diferentes entre si; provérbios, gestos, assim como as coreografias procuram sempre ligações com os antepassados. O festival foi uma demonstração cabal da força da tradição oral. Seguindo essa experiência, em 1981, realizou-se o Festival Nacional de Música Tradicional.

Outra experiência a se levar em conta teve lugar no campo da educação. Uma das prioridades do governo de Moçambique desde a independência foi a erradicação do analfabetismo. Entre 1975 e 1980, iniciou a primeira fase para a redução do índice de analfabetismo no país. Esse esforço permitiu que em cinco anos a taxa da população adulta analfabeta fosse reduzida em cerca de 25%. Deve-se assinalar que a taxa de analfabetismo caiu de 97% em 1974 para cerca de 72% em 1982 (cf. Mouzinho Mário & Débora Nandja (2006) (apud Mário, 2002).

Para o governo, o combate à pobreza mantinha uma estreita vinculação com a educação da população. O fato de a grande maioria da população adulta ser analfabeta dificultava tremendamente a consecução desses objetivos. Na sequência disso, o governo moçambicano decidiu que as práticas de alfabetização fossem ministradas em línguas nacionais, levando em conta a tradição oral das comunidades. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoiou decisivamente essa iniciativa, baseada na consideração de que a “alfabetização é (...), por um lado, a aquisição de noções básicas de leitura, escrita e cálculo e, por outro lado, um processo que estimula a participação nas atividades sociais, políticas e econômicas e permite educação contínua e permanente”.<sup>24</sup>

A Rádio Moçambique também promove a tradição oral através de concursos da música moçambicana. Dois programas merecem destaque: “Ngoma Moçambique”

---

<sup>24</sup> Relatório do Ministério da Educação de Moçambique (2003)

(“Tambores de Moçambique”) e o programa de valorização da voz feminina (“Top Feminino”). Em ambos programas, os participantes compõem músicas em línguas nacionais buscando na poesia oral aspectos relevantes da cultura nacional. Muitas vezes, as canções vencedoras são as que mais se identificam com a realidade de determinado grupo social.

Os programas radiofônicos também servem de veículo para a literatura oral. A Rádio Moçambique desenvolve, na cidade da Beira, dois programas de literatura oral nos quais são divulgadas duas línguas bastante faladas, a cindau e a cisena.<sup>25</sup> Conseqüentemente, esses programas têm uma enorme audiência. Assim como a Rádio, a televisão pública de Moçambique tem um programa musical – “Masseve” – que promove vídeos de música moçambicana, que têm como temática a realidade do país. Uma vez mais, os cantores integram conteúdos que demarcam fronteiras regionais através da tradição oral.

A tentativa de valorização da tradição oral em Moçambique não se limita às manifestações culturais, como a dança, a canção ou o conto popular. A tradição oral tem sido integrada com certa insistência nos vários níveis de programas de ensino. Uma das iniciativas a ser destacada data de 1982. De acordo com Katupha, citado por Matusse (2002), nesse ano, foram introduzidas duas línguas nacionais (xichangana e emakhuwa<sup>26</sup>) no curso de licenciatura em ciências sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Esta experiência, que tinha em vista valorizar a tradição oral, contudo, não foi bem sucedida. As razões apontadas foram a falta de material didático-pedagógico de apoio e treinamento insuficiente do quadro docente.

Em 1991, o Ministério de Educação, contando com o apoio do Banco Mundial, iniciou um programa com vistas à introdução de línguas nacionais no ensino oficial e que se estendeu até 2006. Num primeiro momento, o programa teve como palco as

---

<sup>25</sup> O cindau é falado nas províncias de Sofala, Manica e na zona setentrional de Inhambane. Também é falado no Zimbabwe. Há cerca de 581.000 de falantes dessa língua (do povo Ndaue) em Moçambique, segundo os dados do Censo Populacional de 1997

(cf. [linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-cindau.html](http://linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-cindau.html) -). Já o cisena é falado na região central de Moçambique, nas províncias de Zambézia, Sofala, Tete e Manica, e em Malawi. O universo de falantes dessa língua em 1997 era de 1.065.500 pessoas, tornando o cisena a segunda língua mais falada no território moçambicano, depois da emakwa

(cf. [linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-sena.html](http://linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-sena.html)).

<sup>26</sup> Xichangana é de longe a língua mais falada na província de Gaza, a mais homogênea em termos étnicos de todo o país. Cerca de 87% da população provincial falam essa língua (cf. [allafrica.com/stories/200905181366.html](http://allafrica.com/stories/200905181366.html)). O xichangana também é a língua dominante na província e na cidade de Maputo. O emakhuwa, por sua vez, é a mais falada entre as 24 línguas maternas nacionais. De acordo com o censo de 1997, 26,7% da população nacional comunicavam-se nessa língua, predominando amplamente nas províncias nortistas de Cabo Delgado e, sobretudo, Nampula (cf. [www.italcoopmoz.com/docs/info\\_statistiche/.../agenda2009\\_%20lingua.pdf](http://www.italcoopmoz.com/docs/info_statistiche/.../agenda2009_%20lingua.pdf)).

província de Gaza, com a língua Xichangana, e de Tete, no centro do país, com a língua Cinyungwe.

Podemos afirmar que a tradição oral em Moçambique é uma experiência multifacetada. Contudo, a pesquisa de contos populares tem sido realizado com mais frequência. Segundo Rosário, (2000:5),

Os contos, em tanto que resultado da produção intelectual de um determinado grupo humano, encerram sempre conteúdos importantes que fazem parte da filosofia autóctone da educação, contribuindo, internamente, para a perpetuação dos modelos, especificidades culturais, reprodução e a continuidade das próprias sociedades.

Vejamos três exemplos, apresentados a seguir.

### ***Os três amigos***

---

“Três rapazes muito amigos, combinaram ir trabalhar e assim o fizeram. Entretanto, todos os três pretendiam uma mesma menina.

Com sortes diferentes, fizeram cada um, um curso que em nada se assemelhava ao do outro: o primeiro era sonhador de verdades, o segundo era aviador e o terceiro era médico.

Todos conseguiram emprego e começaram a trabalhar.

Passado muito tempo, certo dia, o sonhador sonhou que a menina, a qual todos pretendiam, estava gravemente doente e prestes a morrer. De manhã, antes de mais nada, informou aos outros o que ele tinha sonhado.

O aviador, sem perca de tempo levou os outros à casa da menina, em poucas horas, de avião. Tendo lá chegado, o médico ocupou-se da menina, salvando-a da morte que se anunciava certa.

Já satisfeitos pelo bom estado de saúde da menina, os três reacenderam a velha discussão sobre à quem dos três pertencia realmente a menina, com a qual cada um pretendia casar-se. Apercebendo-se do imbróglio, a menina decidiu-se em ajudar a resolver a questão de uma vez por todas. Para tal, ela decidiu o seguinte:

- Que os três rapazes ficassem a uma distância por ela determinada, donde partiriam, em corrida, e seria namorado da menina quem fosse o primeiro a chegar e pegar os seus seios.

Cada um, esforçando-se para ser o dono daquela beleza feminina, predispuseram-se todos a iniciar a corrida, tomando a posição recomendada.

Quando deu o sinal de partida, apenas dois dos rapazes correram a todo gaz, excepto o sonhador. Com efeito, este seguiu os outros a andar em passo de passeio, tranquilamente e sem pressa.

No fim, como sentença, a menina declarou que os dois que tinham corrido, haviam perdido todas as hipóteses de se casarem com ela porque eram seus filhos. Explicando-se melhor, ela disse que aquela atitude só era tolerável quando se tratasse de crianças para com a sua mãe.

Assim, o sonhador que vinha a andar, ficou o marido da tão bela menina”.

### ***O Coelho, a Impala<sup>27</sup> e o Leopardo***

---

“Sabe-se que em tempos muito remotos, os animais se comunicavam entre si, trocando ideias e experiências.

Diz-se então que o Coelho e a Impala tornaram-se amigos. No entanto, o Coelho também tinha mais um outro amigo, que era o Leopardo.

Desde que nascera, a Impala nunca teve a ocasião de conhecer um leopardo. Um dia, quando os dois amigos estavam numa longa caminhada e amena conversa, ao Coelho, veio-lhe a ideia de falar do seu gracioso amigo Leopardo. O Coelho começou por dizer assim:

- Amiga Impala, tenha muita cautela, e todo o cuidado será sempre pouco, ao passar por aquela mata (indicando-lhe), porque por aí vive um leopardo.

Como a Impala nunca tivesse visto um leopardo e não tivesse sequer uma ideia desse bicho, perguntou muito admirada:

- De que é que estás a falar? O Leopardo? Explica-me como é que ele é!...

---

<sup>27</sup> Tipo de antílope, de tamanho médio, bastante comum desde o sul da África até o norte da África Oriental.

Muito calmamente, o Coelho começou a narrar a história do Leopardo:

- O Leopardo é como um de nós, mas ele alimenta-se da carne dos outros animais para sobreviver. Não come erva como nós. Por isso cada um de nós tem que estar vigilante, porque pode aparecer de surpresa em nossa frente e estaremos em perigo de vida.

Já que não o conhecia, a Impala pediu ao amigo para que lhe indicasse de longe o Leopardo, para se prevenir do perigo.

Depois do combinado, o Coelho levou um espelho, deixou-o debaixo de uma árvore. Em seguida, sugeriu a Impala para que subisse e ficasse sobre um dos ramos da árvore embaixo da qual estava o espelho. No entanto, o espelho estava posicionado de tal forma que se via através dele, a Impala.

O Coelho foi à procura do amigo Leopardo. Tendo-o encontrado, convidou-o à um pequeno passeio. O Leopardo aceitou. Passados alguns minutos, chegaram ao local onde estava a Impala.

O Leopardo, nunca tinha visto um espelho. Logo que chegaram ao local, o Leopardo viu a imagem da Impala sobre o espelho. Tentou apanhá-la, mas em vão. Insistiu tanto, que deixou o espelho em estilhaços. A Impala, trêmula de medo, observava tudo quanto sucedia em baixo da sua árvore, rezando para que o Leopardo não se recordasse de olhar para cima da árvore.

O Coelho que estava a assistir aquela cena, riu a bom rir, que se engasgou. Finalmente, disse ao Leopardo:

- Perdeste uma boa caçada que desapareceu a mil pés. Agora, não temos mais a fazer aqui. Continuemos o nosso passeio.

Depois de muito andar, acompanhou o amigo à sua residência e despediram-se. O coelho foi ao encontro da amiga Impala e esta agradeceu ao Coelho pela apresentação feita.

A partir daquela altura a Impala anda sempre muito cautelosa sobre o perigo dos outros animais, particularmente do Leopardo”.

“Havia um homem que tinha uma filha muito bonita, mas que não falava. Todos os jovens a pretendiam, sem que o seu pai consentisse. Este fez todas as tentativas para que a filha pudesse falar, o que não dava os resultados desejados.

Desesperado e sem mais recursos, começou a prometer a todos os rapazes que a pretendiam, que aquele que conseguisse curar a sua filha, seria o seu genro. Perante tão irresistível menina, qual rapaz não testou a sua sorte?

Com efeito, muitos foram os que lá se dirigiram tentar a sua sorte, mas inutilmente. Coincidentemente, todos levavam diversos atractivos como sendo vestuário, dinheiro, presentes, tudo para impressionar a menina, mas não a conseguiam fazer falar.

No entanto, vendo a desilusão de todos, um humilde aldeão, decidiu que era a sua vez, apostando conseguir o seu intento, servindo-se de recursos simples, sem despesas como os outros faziam. Assim, mofando-se deles, perguntou aos que lá foram tentar, sem sucesso:

- Amigos, como não conseguem namorar aquela moça tão formosa?

- Ela não fala. A condição imposta pelos pais é primeiro pô-la a falar e depois casar-se com ela, o que não conseguimos. - Responderam os jovens, que se consideravam mais astuciosos e merecedores daquela beldade.

- Vocês todos ricos e poderosos que são, como não conseguem uma coisa tão simples? Eu vou tentar também, só para vos mostrar. – Desafiou o pobrezinho.

- O que tu dizes? Tão pobre e miserável que és, nem vale a pena despender os teus escassos recursos, porque nada conseguirás fazer. Ela rejeitar-te-á logo a primeira vista. Se quiseres experimentar vai. - Disseram os outros.

O homenzinho lá foi. Quando chegou a casa da jovem, foi bem recebido pelos pais da rapariga e foi perguntado o que desejava.

O pobre homem pediu para falar com a menina. Os pais indicaram que ela estava na machamba. Então, o homem par lá se dirigiu, na companhia dos donos da casa. Mal chegou, começou a ajudar a menina que solitária, estava transplantando a mapira.



Para lhe fazer falar, o pobre pensou e começou a transplantar a mapira com as raízes viradas para o ar, enterrando a parte das folhas, justamente o inverso do que devia fazer.

Vendo aquilo, a menina tudo fez, com gestos, para explicar ao homem como devia proceder. O homem continuava com a sua atitude, como quem nada percebia da explicação.

Vendo que o homem estava a estragar as plantas, na medida em que daquela forma não iriam sobreviver, a menina esforçou-se em tirar palavras.

Devido a insistência do homem no seu mau trabalho, a menina forçou tanto a garganta, a tal ponto que as cordas vocais cederam e delas saiu voz, pela primeira vez da sua vida.

Só assim, ela conseguiu explicar ao homem como devia transplantar, falando.

Para o espanto de todos, foi assim que o pobre homem, por todos desprezado, conseguiu fazer falar a menina e, assumindo o compromisso, os pais entregaram-lhe a sua filha em casamento”.

Para Domingos do Rosário Artur (2000), os contos são conhecidos como narrações inspiradas de factos reais ou imaginários. Eles constituem um suporte didático-pedagógico importante para as comunidades onde os mecanismos de socialização não são orientados por programas sistematizados e com horários fixos. A passagem da adolescência à vida adulta, ou de participação efetiva na vida social e de moralização, baseia-se essencialmente na oralidade, na transmissão de hábitos que asseguram aos adolescentes uma vida adulta próspera.

Outro aspecto essencial que não pode deixar de ser mencionado quando se fala do futuro Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais é a necessidade imperiosa de estabelecer parcerias não apenas com instituições do país, como também de se trocar experiências com instituições estrangeiras que lidam com projetos com memórias.

Em Moçambique, a primeira experiência a assinalar foi a do ARPAC, que promoveu uma campanha de preservação cultural no começo da década de 1980. A campanha contou com o apoio de pesquisadores franceses, que, mais tarde, propiciaram a formação de moçambicanos em ciências sociais na França. Outra experiência que

marcou a história do primeiro movimento de pesquisadores em estudos sociais foi a do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Com o apoio da Fundação Ford, o Centro realizou estudos relacionados com a nova organização social que estava sendo implantada em Moçambique pela Frelimo.

Quanto às entidades estrangeiras congêneres, podemos começar pela região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), na qual o Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais poderá cooperar com o Center for Popular Memory (CPM), da África do Sul, ligado ao Departamento de Estudos Históricos da Universidade de Cape Town. Este Centro teve origem no Western Cape Oral History Project (WCOHP), criado em 1985. Em 2001, buscando responder às mudanças radicais que tiveram lugar nesse país, transformou-se no Center for Popular Memory.

A experiência do CPM deverá ser útil aos profissionais envolvidos no Centro em Moçambique, pois a instituição sul-africana reúne, hoje, mais de duas mil horas de entrevistas gravadas em cinco línguas. A cooperação poderá incluir tanto a dimensão técnica como o desenvolvimento de projetos conjuntos em áreas julgadas de interesse. O intercâmbio entre os dois centros pode ser fortificado pela aproximação cultural dos dois países. Apesar de possuírem histórias de colonização distintas, existe muito em comum a partilhar.

Além da África do Sul, o Centro também poderá estabelecer parcerias com instituições brasileiras que trabalham no campo da memória e da história oral. A experiência do Programa de História Oral do CPDOC – instituição pioneira, no Brasil, na implantação de um arquivo de entrevistas de caráter histórico, e que conta, hoje, com um acervo de seis mil horas de depoimentos inteiramente digitalizados – pode ser de grande valia para que os profissionais do Centro moçambicano adquiram conhecimentos em técnicas de gravação, tratamento e preservação desse tipo de fonte.

O Centro também poderá estabelecer parceria com a Fundação Mário Soares (FMS), de Portugal. Fundada em 1991, esta Fundação tem buscado uma crescente internacionalização nas suas ações, o que poderá facilitar o intercâmbio com o Centro moçambicano a ser criado. A FMS atua, entre outras atividades, em projetos de memória ligados a situações de conflito. Entre os trabalhos realizados recentemente, chamou-nos a atenção a publicação do livro *Memórias do meu cativo: refém das FARC*, de Clara Roja, lançado em 23 de abril de 2009.

Ainda em Portugal, o Centro poderá estabelecer contatos com o Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Esse Centro, criado por Despacho Reitoral, em 9 de dezembro de 1984, por sugestão do professor e sociólogo Boaventura Sousa Santos, tem se dedicado, desde então, a recuperar, organizar e pôr à disposição da investigação científica o valioso material documental disperso pelo país e no exterior sobre a revolução portuguesa de 25 de Abril, os acontecimentos preparatórios e as suas principais consequências. Trata-se de um dos mais ricos arquivos sobre a história portuguesa do século XX, disponibilizado em grande parte na Internet. Um dos objetivos do Centro 25 de Abril é gravar depoimentos com protagonistas do movimento, buscando completar os arquivos existentes e suprir eventuais lacunas ou, ainda, contribuir para a preservação e divulgação da vivência desses atores sociais. Uma vez mais, pensamos que as histórias dos dois países, bem como os objetivos das duas instituições nos levarão a um intercâmbio positivo.

Como acontece em Moçambique, Portugal está a registrar a história contemporânea, incluindo a da guerra colonial. Pensamos que tanto o Centro de Documentação 25 de Abril quanto o Centro de Pesquisa e Documentação de História Oral e Ciências Sociais têm, nesta perspectiva, objetivos congêneres: registrar a história contemporânea de Moçambique no contexto da luta de libertação nacional exige, também, investimento sobre a atuação do exército colonial. Nesse sentido, os dois Centros podem trocar informações de interesse comum.

Uma questão fundamental concernente às fontes orais em Moçambique é como garantir a sua preservação. Apesar de toda experiência acumulada, quer pelo ARPAC quer por outras instituições, o fato é que em Moçambique ainda há muito a fazer no que diz respeito à preservação das fontes orais. A evolução tecnológica do último século ainda não se faz sentir no campo da preservação dos diferentes tipos de registros. Em Moçambique, assim como em outros países onde não existem verbas para a modernização e a adequação às novas exigências, deve-se pensar em alternativas possíveis para que o conhecimento acumulado por meio de projetos de registro e difusão de experiências culturais e/ou históricas não seja completamente destruído.

A constituição de acervos sonoros e audiovisuais de boa qualidade e, sobretudo, a manutenção de boas condições de armazenamento e reprodução dos documentos exige vultosos investimentos. Por isso, a preservação das fontes orais continua sendo um grande desafio para as instituições que lidam com este tipo de suporte. A incapacidade para a aquisição e manutenção dos equipamentos recomendados, e o forte

ritmo de obsolescência tecnológica, que exige atualização constante de equipamentos e profissionais treinados para operá-los, constituem verdadeiros entraves às instituições culturais que se dedicam ao registro de experiências e manifestações culturais por meio de gravações em áudio e vídeo.

Moçambique é um país de clima úmido e tropical com apenas duas estações: seca e fresca e quente e úmida, influenciado pelo regime de monções do oceano Índico. As temperaturas médias variam entre 20°C e 38°C, mas, em muitos casos, as temperaturas ultrapassam a faixa dos 38°C. Em média, a umidade relativa varia entre 70 e 80%. Estas características tornam a preservação desses materiais ainda mais onerosa.

De acordo com Paul Thompson (2002: 279-282), as temperaturas recomendáveis para a preservação de acervos sonoros situam-se entre 15 e 20°C e a umidade relativa do ar não deve ultrapassar 60%. Além disso, é preciso proteger os espaços onde o material é depositado contra poeira. Estas condições são indispensáveis para evitar a deterioração dos suportes das fontes. Aos cuidados com o espaço físico e tecnológico associa-se a preparação dos recursos humanos, como já fizemos referência. Esse investimento é, segundo o autor, associado a outras condições consideradas básicas como, por exemplo, mobiliário adequado à guarda de acervo e equipamentos.

Estas condições são em muitos casos inexistentes em Moçambique. A formação técnica de recursos humanos, iniciada no começo da década de 1980, não foi acompanhada da aquisição progressiva de equipamentos e da criação de condições para o funcionamento das instituições de pesquisa fundadas nessa altura. Isso propiciou o crônico problema relacionado com as condições de trabalho. O exemplo do ARPAC ilustra bem essa disparidade.

O ARPAC é um instituto de pesquisa que conta com técnicos formados no país e no estrangeiro (muitos deles beneficiaram-se da formação em ciências sociais na França). Os pesquisadores que trabalham nesse Instituto são profissionais qualificados tecnicamente e com profunda experiência em projetos sociais. Os trabalhos que ainda estão disponíveis na instituição, como transcrições, roteiros, fichas, etc. mostram essa competência, pois obedecem a padrões acadêmicos de qualidade. No entanto, os recursos materiais e financeiros alocados pelo Estado não correspondem às exigências básicas para garantir a preservação dos depoimentos e outras formas de informação. Excetuando-se a sede da entidade, em Maputo, as delegações provinciais da Beira, em Sofala; Chimoio, em Manica; Tete (centro de Moçambique) e Pemba, em Cabo-Delgado, e Lichinga, na província do Niassa (norte de Moçambique) não reúnem as

condições básicas. Ali pouco resta do que foi coletado com o objetivo de criar acervos que dariam origem a núcleos musicológicos. A carência de meios físicos e tecnológicos básicos acelerou, em muitos casos, o desaparecimento material de muitos documentos originais.

A delegação da cidade da Beira, entre 1980 a 1990, realizou pesquisa em quase toda província de Sofala. Manuel Rodrigues João (2009) afirma que foram realizadas pesquisas sobre a história de alguns bairros das cidades da Beira e do Dondo. Na Beira foi feita a pesquisa sobre o surgimento do bairro da Munhava, o mais populoso da cidade, assim como de sua diversidade étnica. Para a cidade do Dondo foi elaborado um projeto sobre Canhandula, um dos bairros que surgiu para albergar refugiados da guerra. Interessava ao Instituto identificar as transformações sócio-culturais resultantes da fusão de pessoas vindas de lugares distintos, perceber hibridismos culturais resultantes desse encontro e como as comunidades lidavam com isso. Para a pesquisa, recorreu-se a gravadores para a coleta das informações. No entanto, praticamente todo esse trabalho se perdeu: “Hoje não existe mais nada. Toda informação desapareceu. Ficaram apenas algumas transcrições. Não foi possível a sua preservação durante as últimas duas décadas devido às más condições de trabalho do ARPAC na cidade da Beira” (Manuel Rodrigues João, 2009). Vitorino Sambo (2009) complementa essa afirmação:

O problema do ARPAC é agravado pelo desleixo técnico. Na Beira, por exemplo, onde trabalhei entre 1993 e 1994, verifiquei que o material coletado há 20 anos continuava aos montes, abandonado e sem algum tratamento específico. Se por um lado as fitas deterioram-se por falta de condições técnicas como, por exemplo, o sistema de frio, também devemos reconhecer que são responsáveis desse problema os respectivos gestores. Porque mesmo dispondo de condições mínimas como computadores não se dignaram mandar digitalizar para a sua preservação e disponibilização pública.

O que se pode dizer da experiência do ARPAC quanto à preservação das fontes, em particular na cidade da Beira, é principalmente que a entidade sofreu com a total ausência de condições de trabalho. Concordando com Sambo, houve de fato uma dose de irresponsabilidade que possibilitou a destruição de grande parte do material, único e irrecuperável. Se existissem condições básicas, muito do material teria sido salvo.

A experiência do ARPAC pode, sem dúvida, servir de alerta para o futuro Centro de Pesquisa de Documentação de História Oral e Ciências Sociais, que deverá contar com a componente “formação humana” e com a componente “recursos” que permitam os meios básicos para o seu funcionamento. Tratando-se de um Centro que visa a preservar a memória e a estimular a escrita da história contemporânea e o

desenvolvimento de estudos socioculturais, será importante garantir a permanência do material coletado por muito tempo.

## **CAPÍTULO V - PROJETO “MEMÓRIAS DE HOMOINE”**

### Justificativa

A história contemporânea de Moçambique ainda não começou a ser escrita. Muitos dos trabalhos históricos sobre o país remontam ao período colonial. Podemos afirmar, de fato, que durante as três décadas e meia de independência, a historiografia moçambicana preocupou-se em resgatar o passado colonial em detrimento da história recente, esforço justificado pela necessidade de reconstruir a história distorcida pelo colonialismo português.

Quanto à história desses últimos 35 anos, ela se centrou na luta de libertação nacional contra a ocupação, nas experiências dessa luta, na necessidade de transformação da sociedade burguesa em uma sociedade de operários e camponeses. Temos, assim, o que se pode chamar de construção da “história oficial pós-colonial”, que destaca a forma heróica da resistência dos moçambicanos à ocupação portuguesa. Para atingir este objetivo, os historiadores buscaram o passado dos principais impérios estabelecidos no território. Reconhecemos a importância dessa perspectiva para a formação da identidade moçambicana da atualidade, mas acreditamos que essa preocupação deva ser acompanhada do esforço para escrever a história contemporânea do país.

Além disso, contribui para a escassez de estudos sobre a história recente o fato dos pesquisadores mostrarem-se muitas vezes receosos quanto à produção de narrativas que se desviem dos princípios partidários, ou que apontem aspectos desfavoráveis à estratégia de desenvolvimento politicamente definida. Isso faz com que eles não invistam na pesquisa e na análise da história pós-colonial, por receio de serem acusados de antipatriotas.

A esse propósito, José Gonçalves explica que a história de Moçambique, assim como de todos os países independentes de Portugal em 1975, está estritamente ligada ao partido político libertador. Neste sentido, os pesquisadores nacionais sujeitaram-se a realizar trabalhos de acordo com os sistemas políticos implantados. “A ausência de liberdade e a imposição de critérios ideológicos são incompatíveis com a investigação científica” (2001: 23).

Importante a focalizar é a ideologia política que o governo de Moçambique quis seguir nos primeiros anos da independência. A filosofia do governo inspirava-se numa África progressista, onde o desenvolvimento dos povos africanos devia ser baseado na

investigação criadora da teoria marxista-leninista, nas transformações socioeconômicas orientadas para as massas trabalhadoras. Esta perspectiva distanciou o governo das ideias “místicas de negritude e etnofilosofia africana”(Igor Andreev, 1989:13). As tradições seculares foram consideradas retrógradas e responsáveis pelo atraso da África. Neste sentido, o desenvolvimento de Moçambique passou pela recusa da tradição africana, por todo o tipo de religião ocidental particularmente a católica, criando ruptura total com o passado cultural das comunidades rurais. Isso implicava a implantação de uma ideologia moderna, inspirada na experiência soviética (idem). Pensou-se, assim, que um país moderno devia destruir a etnia, a tribo e a linhagem para a formação do “homem novo”.

Devido a todos esses fatores, a história que marcou profundamente o país nos últimos tempos não foi objeto, ainda, de uma verdadeira investigação histórica. Por seu viés ideológico, os trabalhos que já existem são muitas vezes contestados, já que muitos pesquisadores os consideram como sendo apenas a história da Frelimo.

Essa avaliação parece-nos de fato procedente: a história recente de Moçambique ainda se identifica profundamente com os partidos políticos, principalmente a Frelimo e a Renamo. Por isso, assiste-se à disputa entre as duas organizações pela afirmação da “sua” verdade histórica. A Renamo não reconhece a historiografia que enaltece os feitos do partido libertador - desqualifica-a, dizendo que ela omite fatos que ocorreram durante a luta e que deveriam ser do domínio público. Por outro lado, defende que, à semelhança dos militantes da Frelimo, seus membros que morreram durante a guerra civil deviam ser considerados heróis moçambicanos. Enquanto isso, a Frelimo questiona quem deve ser considerado herói, considerando que os heróis nacionais, as datas comemorativas e os símbolos da unidade nacional devem remeter ao partido libertador. Neste sentido, todos aqueles que participaram na guerra civil são antipatrióticos e, conseqüentemente, não merecem o mesmo tratamento que os primeiros.

Vale sublinhar que muitos pesquisadores sociais em Moçambique reconhecem a necessidade de pesquisar a história contemporânea do país, porém, há ainda uma grande hesitação. Para a maioria, escrever a história contemporânea é um desafio necessário, mas delicado, e até mesmo perigoso. Dada essa situação, acreditamos ser necessário pensar em linhas de pesquisa que contribuam para tornar possível uma escrita da história recente consistente, baseada em fontes e interessada, também, nas representações vigentes entre as comunidades moçambicanas sobre as últimas décadas de história e de luta.



É nessa perspectiva que surgiu a ideia do primeiro projeto de história oral do Centro, denominado *Memórias de Homoine*. Por meio dele, pensamos contribuir com a produção e a disponibilização de novas fontes de pesquisa que, posteriormente, deverão estar prontas para a consulta, colocando à disposição informações de caráter social, político, econômico e cultural, coletadas por meio de entrevistas de caráter histórico e documental. O projeto sobre o massacre de Homoine, em Inhambane, faz parte desse longo percurso para escrever a história de um país multipartidário, multiétnico e multicultural.

#### Objeto: O massacre

No dia 18 de julho de 1987, ocorreu em Homoine, na região sul do país, o maior massacre da história de Moçambique independente. De acordo com a *Agência de Informação de Moçambique* (AIM), o jornal *Washington Post Service*, e a revista *Tempo*, entre outros órgãos de informação, cerca de 500 homens armados invadiram a vila de Homoine. Segundo todas essas fontes, esses homens eram da Renamo. Apesar dessas informações, a Renamo nunca assumiu a responsabilidade do massacre. Os paramilitares permaneceram na vila mais de dez horas. Durante esse período, entraram em confronto com as forças militares do governo e, em sua retirada, deixaram mais de 400 mortos.

Testemunhos descreveram o ato como sendo a pior crueldade que um ser humano podia cometer. Mulheres, crianças e idosos indefesos lutavam para salvar suas vidas e de seus próximos. Muitos viram seus parentes ser assassinados sem poderem fazer absolutamente nada. Outros, seus bens serem roubados e suas casas, construídas com muito sacrifício, transformadas em cinzas. O massacre não poupou o hospital local. Pessoas internadas, especialmente crianças doentes e mulheres gestantes foram assassinadas a baionetas. Saquearam medicamentos, roupas e produtos alimentícios destinados aos doentes.

O massacre de Hoimoine despertou a atenção do mundo sobre a barbaridade da Renamo. Marcos, de nacionalidade americana que se encontrava em Homoine quando o massacre teve lugar, afirmou que no seu país, parcela significativa da população não sabia como era horrível aquela guerra. “Muitos dizem que são contra o *apartheid*, que lutam contra ele, mas não sabem bem como é que é esse *apartheid*. Não sabem que é horrível. Até há algum tempo, no meu tempo, no meu país havia nenhuma informação sobre Moçambique” (Lina Magaia, 1989:79).

Lina Magaia assinala que alguns países ocidentais, particularmente os Estados Unidos e a Alemanha Ocidental, apoiaram as incursões da Renamo no território moçambicano. Segundo ela, essas correntes justificavam que o seu apoio era por conta da luta contra o comunismo em Moçambique.

Porém, a indignação era grande para Miriam, de nacionalidade holandesa, que afirmou ser muito triste o que tinha presenciado:

Não há dúvida que na nossa terra denunciámos o *apartheid*, falamos muito disso. Alguns sul-africanos são gente que têm a mesma origem que nós, a mesma língua, a mesma religião. Nunca imaginei o que o *apartheid* faz aqui em Moçambique. Precisamos dizer isso à nossa gente na nossa terra. Deve-se lutar mais contra o regime de Pretória. Ninguém tem o direito de apoiar esses criminosos que mandam matar assim. Há outra coisa que percebemos aqui em Moçambique: os *matsanga*<sup>28</sup> têm muito apoio propagandístico pelo mundo. (idem:78)

Alguns órgãos de informação como a revista inglesa *The Economist*<sup>29</sup> e a norte-americana *Washington Post Foreign Service*<sup>30</sup> contribuíram decisivamente para mostrar ao mundo, de modo particular o Ocidente, a verdadeira face da guerra civil que estava sendo movida pela Resistência Nacional de Moçambique.

O quadro sombrio do massacre correu o mundo todo. Muitos se solidarizaram com o governo de Moçambique e com as vítimas do conflito. Através das suas instituições, o governo iniciou uma campanha de reconstrução da vila. A sociedade civil e ONGs estrangeiras acreditadas pelo governo também participaram da campanha. Essa solidariedade teve início logo a seguir do massacre.

De acordo com Lina Magaia (1989: 82), no dia 23 de julho de 1987 – cinco dias, portanto, depois do massacre –, as pessoas começaram a regressar para suas casas. Carregando suas trouxas na cabeça e tração animal, e ainda com medo, pouco a pouco foram recomeçando a vida.

Provavelmente, a pesquisa deverá mostrar que as pessoas que sobreviveram ao massacre dificilmente se esqueceram do que aconteceu aos seus parentes, amigos e vizinhos que horas antes faziam parte do seu cotidiano.

No final de 1987 e começo de 1988, os bispos da Igreja Católica de Moçambique defendiam a necessidade de diálogo entre o governo e a Renamo. Depois, foram falar com o presidente Joaquim Chiassano e ofereceram-se como mediadores

---

<sup>28</sup> Nome pelo qual eram tratados os guerrilheiros da Renamo. Matsanga, vem do nome do seu primeiro líder, Matsangaissa.

<sup>29</sup> *The Economist*. 14.3.92: A s causas da origem da guerra em Moçambique

<sup>30</sup> Friday, July 24, 1987; A01: Hour Mozambique massacre leaves a tableau of carnage

para esse diálogo. Foi o início de uma longa caminhada que, inicialmente, envolveu apenas os líderes da Igreja Católica e a Renamo (D. Matteo Zuppi, 2002).

Parece que Lina Magaia foi a única autora que tratou do caso de Homoine e da luta desencadeada pela Renamo, ao escrever *Duplo massacre: histórias trágicas do banditismo II*, lançado em 1987. É provável que existam outros trabalhos ainda não publicados, porém este é o único conhecido, ainda que não tenha sido amplamente divulgado.

Dessa forma, pensamos juntar nossos esforços aos de Lina Magaia, mas sob outra perspectiva. Num momento de paz, o que propomos realizar tem a possibilidade de responder a perguntas que, provavelmente, não constituíram preocupação de Magaia, que escreveu seu texto no calor do conflito.

Fato importante a salientar é que o livro de Lina Magaia não tinha como objetivo de pesquisa o massacre de Homoine de forma isolada. Além disso, as entrevistas que ela realizou não foram coletadas com base na metodologia de história oral, nem tinham como objetivo a formação de um acervo sonoro a ser disponibilizado para um público específico. Os depoimentos que ela gravou tinham por enfoque a destruição da infraestrutura econômica e do tecido social, origem de todo tipo de instabilidade em Moçambique. Uma das hipóteses levantadas por Magaia era de que a Renamo pretendia, com o massacre, atribuir à guerra um cunho étnico, como acontece em muitos países africanos.

A autora argumenta que os guerrilheiros da Renamo, durante as suas incursões militares, comunicavam-se em cindau, uma das línguas faladas pelos grupos vandau e vateve, das províncias de Manica e Sofala. De acordo com a sua interpretação, esse fato pretendia criar a imagem de um movimento constituído majoritariamente por esses grupos étnicos, tratando-se, por conseguinte, de uma guerra movida contra os changanas, uma das etnias do sul de Moçambique.

Não é nossa intenção, no momento, procurar os culpados pelo massacre. Além disso, convém deixar claro que não há em Moçambique conflitos étnicos. Os discursos políticos, intelectuais e religiosos reforçam a necessidade de manutenção da paz, reconhecendo a diversidade étnica como um valor positivo. Acreditamos que existem manifestações isoladas que podem ser consideradas causas de conflitos pontuais, mas a situação está longe de ser aquela observada em outros países do continente.

## Objetivos do projeto

### - Geral

Perceber como o massacre de Homoine é lembrado 20 anos depois; como sobreviventes, sobretudo, mas também autoridades, intelectuais e jornalistas situam esse evento no contexto político recente de Moçambique.

### - Específicos

Coletar depoimentos para a formação do primeiro acervo do Centro;

Proporcionar o acesso do material à consulta de professores, pesquisadores, alunos e público interessado.

Apesar de o massacre de Homoine ter acontecido em 1987, a sua análise deve abarcar o período de 1976 a 1992, delimitado pelo início da formação da Renamo (1976) e pelo acordo geral de paz, firmado em 1992.

Uma das motivações para este projeto é a dimensão do massacre. Foi a maior chacina do período pós-independência. Associado a isso, existem manifestações das comunidades de Homoine no sentido de que seus mortos sejam reconhecidos no contexto da história local, à semelhança das vítimas de outros massacres que tiveram lugar em Moçambique, como o de Mueda, em 16 de junho de 1960, em Cabo-Delgado, na região norte do país.<sup>31</sup> As comunidades de Homoine exigem que o governo construa um monumento em reconhecimento às vítimas, a ser erguido no local em que se encontra a vala comum onde estão sepultadas. A ideia é fazer uma celebração, no dia 18 de julho, diante desse monumento.

As motivações para a construção de um “lugar de memória” do massacre, o perfil dos porta-vozes dessa demanda e as possíveis disputas em torno dessa reivindicação serão objeto de investigação, na medida em que interessa-nos entender se existem atitudes de apropriação política do massacre - com que objetivos e por meio de que estratégias -, bem como analisar o posicionamento das comunidades de Homoine.

As transformações políticas e econômicas do país, as experiências dos primeiros anos da independência, a história dos partidos políticos, a experiência de manutenção da paz, a consolidação da democracia, o desenvolvimento sócio-cultural e educacional etc.

---

<sup>31</sup> O massacre de Mueda é celebrado no contexto nacional e internacional. É o dia do metical, a moeda moçambicana, é o dia em que se celebra a criança africana e coincide, ainda, com o massacre de Soweto, na África do Sul. Portanto, o dia 16 de junho é amplamente conhecido, divulgado e celebrado.

são dimensões a serem exploradas nas entrevistas com pessoas que, direta ou indiretamente, participaram nesses movimentos.

Nas entrevistas, exploraremos a memória dos conflitos que atingiram Moçambique logo após a sua independência. Ou seja, teremos a oportunidade de buscar, para além do massacre que teve lugar em Homoine, outras memórias associadas ao conflito militar que durou 16 anos. Neste sentido, interessa-nos saber, também, se houve alteração da estrutura organizacional das comunidades por conta da guerra ou do massacre, como estão organizadas atualmente e que influências sócio-culturais a guerra produziu. Dessa forma, investiremos também nos efeitos da violência física e psicológica sobre essas populações

Em linhas gerais, pretendemos, com o projeto, responder a, pelo menos, seis perguntas, a saber:

- Como o massacre de Homoine é lembrado 20 anos depois?
- Que lembranças persistem e como são incorporadas pelas comunidades?
- Quem são os atores dessas lembranças?
- Como são reconstruídas as memórias do massacre e em que momentos ocorrem?
- Como estão cristalizadas essas memórias?
- Haverá uso político e como se manifesta?

#### Etapas do projeto e resultados

Para atingirmos o nosso objetivo, realizaremos entrevistas com pessoas que testemunharam os diferentes momentos que cercaram o massacre, além do próprio evento. Assim, na elaboração dos roteiros individuais, tomaremos cuidado para definir quem será entrevistado, porquê, como e onde. Dadas a complexidade e a heterogeneidade do universo a entrevistar, julgamos importante dividir os depoentes em grupos:

1. Sobreviventes;
2. Ex-militares do exército oficial;
3. Ex-guerrilheiros da Renamo;
4. Representantes do governo;
5. Representantes dos partidos;
6. Outros.

A lista podera incluir quadros seniores dos dois partidos – Renamo e Frelimo – que não se encontram em Homoine. Se forem importantes para o projeto, eles poderão ser entrevistados de acordo com a sua disponibilidade e o local onde estiverem.

Etapa fundamental para a o desenvolvimento do projeto será a pesquisa bibliográfica. Como já fizemos menção, existe pouca coisa publicada sobre o massacre de Homoine. Por isso, a pesquisa preliminar será realizada em jornais e revistas da época. Sabe-se que o Arquivo Histórico de Moçambique, a Biblioteca Nacional e as agências de informação também possuem alguns documentos sobre o assunto. Isso não quer dizer que outras instituições, incluindo as judiciárias, não possam reunir dados em relação a esse e a outros massacres que tiveram lugar no país. Contudo, acreditamos que a pesquisa preliminar na cidade da Beira e na província de Inhambane nos proporcionará elementos seguros para dar início ao projeto.

Na Beira, a pesquisa terá lugar em bibliotecas públicas e nos arquivos dos principais periódicos, os jornais *Diário de Moçambique* e *Notícias*, o semanário *Domingo* e a revista *Tempo*. Além da cidade da Beira, a pesquisa preliminar também será realizada em Inhambane, onde se localiza a vila de Homoine. Em Inhambane, poderemos ter acesso ao arquivo do governo provincial e de instituições administrativas locais, assim como a representações políticas da Frelimo e da Renamo. A realização dessa etapa de pesquisa é importante para a elaboração dos roteiros das entrevistas e incluirá, também, a análise das biografias dos depoentes. Afinal, os perfis dos potenciais entrevistados são tão necessários quanto as referências bibliográficas elas mesmas.

Interessa destacar que antes da realização das entrevistas em Homoine, haverá um seminário para discussão da metodologia de história oral. É verdade que os técnicos possuem experiências em trabalho de campo, porém, será a primeira vez que terão contato com essa metodologia. A preparação será realizada mesmo antes da pesquisa preliminar, para que a equipe técnica tenha conhecimento básico para a busca de informação necessária.

Sabe-se que alguns atores guardam lembranças especiais do massacre. Por exemplo, depoentes que eram crianças ou adolescentes e que foram forçados a praticar barbaridades; pessoas cujos pais morreram quando tinham cinco anos e hoje têm aproximadamente 30 anos; os que fugiram das bases militares em 1987, com apenas 12 ou 14 anos, e que atualmente têm entre 35-40 anos. Julgamos que esse universo que presenciou o massacre e acompanhou o processo seguinte da reorganização de Homoine até o período de paz possui ricas experiências para transmitir. Para entrevistá-los,

porém, será importante que a equipe responsável pelo projeto seja bem preparada, em termos teóricos e também em termos psicológicos.

Outro aspecto a ter em conta é o uso das línguas nacionais do sul, além do português, para a coleta dos depoimentos: as entrevistas serão realizadas em, pelo menos, três línguas locais - xichangana, xironga e xitswa. Isso permitirá que os depoentes não se sintam limitados por não saberem se comunicar em português. Para isso, a equipe de pesquisadores será constituída por pessoas que falam tais línguas.

As entrevistas poderão ocorrer em diversos lugares e segundo a disponibilidade dos entrevistados. Porém, esforços serão empreendidos para que ocorram em local que propicie a boa qualidade de captação. Uma vez que as entrevistas serão realizadas fora do estúdio do Centro, a equipe deverá localizar, em parceria com as instituições administrativas locais, um espaço que reúna condições básicas. Como estaremos coletando depoimentos para a constituição de um arquivo sonoro de natureza histórica, é importante o isolamento de ruídos e a eliminação de interferências que possam prejudicar a qualidade do material a ser produzido.

As entrevistas serão disponibilizadas em dois suportes: áudio e textual. O suporte em áudio preservará a forma original do depoimento, ou seja, este poderá ser escutado na língua em que foi gravado. Já os textos serão fruto da transcrição das entrevistas e de sua versão para o português. Assim, os interessados tanto poderão ter acesso à informação escutando os originais como recorrendo às traduções. A tradução é importante porque possibilitará que um número maior de pessoas tenha acesso à informação, principalmente alunos.

Para o processo de tratamento das fontes, que inclui a transcrição, conferência de fidelidade da transcrição e tradução, serão convidados técnicos do ARPAC, especialistas em línguas bantu. Também farão parte da equipe profissionais formados em língua portuguesa para a revisão dos textos.

## Cronograma de atividades

O projeto exigirá uma gama de atividades para a sua realização, conforme mostra o quadro a seguir:

	Atividades	Duração total	Mês (es)	Meses						
1	Seminário para formação técnica em metodologia de história oral	duas semanas								
2	Pesquisa bibliográfica preliminar na cidade da Beira	quatro semanas	1 (30dias)							
3	Contato com o governo provincial de Inhambane									
4	Pesquisa bibliográfica preliminar em Inhambane e Homoine Identificação de potenciais entrevistados em Inhambane e Homoine	cinco semanas	1 (40dias)							
5	Relatórios da primeira fase	três semanas	21 dias							
6	Coleta de depoimentos em Inhambane/Homoine	quatro semanas	1 (30 dias)							
7	Relatórios da segunda fase	três semanas	21 dias							
8	Tratamento das fontes: - transcrição - conferência de fidelidade - tradução - disponibilização ao usuário	-----	-----							

A duração de cada atividade será determinada pelo volume do trabalho. Contudo é importante levar em conta que a cidade de Inhambane, capital da província do mesmo nome, dista 640 km da Beira. Este fato implicará a permanência dos técnicos na província de Inhambane por, pelo menos, 40 dias para a pesquisa preliminar.

A vila de Homine, local onde o massacre teve lugar, encontra-se a 50 km da cidade de Inhambane. Além destas distâncias entre cidades, a equipe terá de lidar com outras dificuldades, entre as quais a identificação dos potenciais entrevistados. Com o fim da guerra em 1992, muitas pessoas regressaram ao campo. Este fato pode ser limitante para as entrevistas, porque as pessoas vivem dispersas.

Associa-se a isso o problema das vias de acesso. Muitas vezes os deslocamentos serão feitas a pé porque os solos são arenosos. Assim, estamos a prever que a identificação de potenciais entrevistados demore mais tempo do que o previsto e, em alguns casos, que serão necessários deslocamentos para distritos vizinhos para identificar informantes que já não vivem em Homoine.



### Recursos necessários

Não existe ainda um orçamento aprovado para este projeto, mas espera-se que os custos sejam divididos entre a UniZambeze e o governo da província de Inhambane. Pensamos que o projeto interessa tanto à Universidade, instituição coordenadora do projeto, quanto ao governo de Inhambane, porque o massacre de Homoine faz parte da história desse território. Por isso pensamos que poderão ser mobilizados recursos do Orçamento Geral do Estado (OGE). A parceria poderá incluir a cessão de cópias da tradução para o governo de Inhambane e de Homoine.

Os recursos humanos serão majoritariamente do Centro. Contudo, poderão ser solicitados técnicos de outras instituições de pesquisa como, por exemplo, o ARPAC, para uma parceria que poderá estender-se em projetos posteriores. Este projeto será desenvolvido por uma equipe de quatro técnicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa expectativa, com este projeto, é oferecer uma pequena contribuição para a minimização do problemas das fontes para a escrita da história recente de Moçambique. É também uma de nossas intenções que, de modo gradual, o Centro de Pesquisa de Documentação de História Oral e Ciências Sociais diversifique o acervo a ser disponibilizado, podendo oferecer ao usuário, além de documentos sonoros e textuais, registros de natureza audiovisual e iconográfica.

Como um espaço que pretende contribuir, tecnicamente, para a pesquisa em metodologia de história oral, esperamos que as atividades e projetos do Centro despertem o interesse de pesquisadores sociais, assim como de professores, na temática histórica e na problemática dos acervos. Neste sentido, esperamos que o Centro seja um pólo de discussão sobre preservação e difusão de fontes orais, perspectiva igualmente defendida por nossos entrevistados. Aliás, essa preocupação também é manifestada por vários historiadores africanos, como Jan Vansina (1981), Joseph Ki-Zerbo (1981), Hampate Bá (1977), Boubou Hama (1981), que advertem para a necessidade de levar em conta as tradições orais das diversas sociedades africanas. Nesse sentido, considerar as “superfícies sociais” que caracterizam essas sociedades é considerado condição *sine qua non* para o entendimento das suas distintas realidades sociais.

Estamos igualmente esperançosos de que este projeto suscite interesse nos órgãos do Estado e instituições nacionais e estrangeiras que apoiam iniciativas de pesquisa em estudos culturais, como por exemplo a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Agência de Cooperação para o Desenvolvimento do Governo da Noruega (NORAD), Fundação Ford, representada em Moçambique pelo African-American Institute (AAI), e Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI).

Tornar este projeto realidade constitui é um desafio a ser assumido, também, pela Universidade UniZambeze, por instituições de pesquisa e centros de documentação em funcionamento e, sobretudo, pela equipe técnica a ser formada..

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Livros e artigos

ABRAHAMSSON, Hans & NILSSON, Anders. *Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI/Padriгу, 1994.

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. “História dentro da História”. In Carla Bassanezi Oinsky (coord.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. (pp.155-196)

\_\_\_\_\_. *Ouvir Contar: textos em História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_ e PEREIRA, Amílcar Araújo. *História do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007

ALTMAN, Helena & BRANDÃO, Zaia. *Algumas hipóteses sobre a transformação do habitus*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2008.

ANDREEV, Igor. *Karl Marx e a África*. Moscovo: Edições da Imprensa Nóvosti, 1989.

ARTUR, Domingos do Rosário (coord). *Colectânea de Contos Populares da Província de Manica*. Volume 1. Ed. ARPAC & Direcção Provincial da Cultura de Manica, 2000.

BÂ, Hampâté. “As características da cultura africana, suas múltiplas facetas, a oralidade, mitologia e formas de expressão”. In *Introdução à cultura africana*. Lisboa: Edições 70, 1977 (p. 1-30).

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMARGO, Célia. “Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas”. In: *CPDOC 30 Anos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003 (p. 21-44).

CAMARGO, Aspásia. “História oral e política”. In: Marieta de Moraes Ferreira (org.) *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

CATANI, Denise Bárbara. “A Educação como ela é: O sistema escolar não vai igualar as oportunidades ou dar cultura a todos, mas pode, no entanto, não reforçar a desigualdade”. *Revista Educação* (Edição especial: Biblioteca do Professor nº 5, Pierre Bourdieu - A Escola e a Miséria do Mundo), s/d, p. 16-25.

CARVALHO, Irene Mello. *Introdução aos estudos sociais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1966.

CHASE, Stuart. *Introdução às ciências sociais*. Tradução de Maria José U. Alves de Lima. Rio de Janeiro: Aliança para o Progresso, 1956.

CLAIBONE, William. Massacre. *Washington Post Foreign Service*. Sexta-feira, 24 de julho de 1987. (p. 1-2)

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DARCH, Colin. *A guerra e as mudanças sociais recentes em Moçambique : cenários para o futuro (1986-1992)*. (Trabalho apresentado ao II Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais' São Paulo, 4 -7 de agosto de 1992)

DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martin Claret, 2002

ELIAS, António. “Luto e sofrimento”. *Revista Tempo*. Maputo. 10-17, 11 de outubro de 1987. s/n

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

\_\_\_\_\_. *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

FERREIRA, A. Rita. *Pequena história de Moçambique pós-colonial*. Lourenço Marques: Tempográfica, 1975.

FLORENÇIO, Fernando. *Christian Geffray e a Antropologia da Guerra: ainda a propósito de la cause des armes au Mozambique*. (2002) *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Paulo June 2009.

GONÇALVES, José. *Ciências sociais em África. Alguns projetos de investigação*. Dacar: Conselho para o Desenvolvimento da Investigação Econômica e Social em África (CODESRIA): 1999.

HALBWACH, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2008.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Europa-América, 1979, vol.1.

\_\_\_\_\_ & HAMA, Boubou. “Qual o lugar da história na sociedade e na cultura da África?” In: *História Geral da África*. São Paulo: Ática, 1981, vol. 1.

LOFORTE, Ana Maria & MATE, Alexandre. “As ciências sociais em Moçambique”. In: Seminário sobre ciências sociais. Maputo: 1993

MAGAIA, Lina. *Duplo massacre em Moçambique: histórias trágicas do banditismo II*. Maputo: Ed. Cadernos Tempo, 1989.

MARCONI, Maria Luisa de Castro. “Cultura escolar e cidadania: circulação de ideias, discursos e modelos educativos, manuais e iconografia”. Junho de 2008. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação - Universidade do Porto (p.1-4).

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATUSSE, Renato. “Oral traditions in Mozambique: a general overview. In: Ngwabi Bhebe (ed.). *Oral tradition in southern Africa*. Windhoek : Gamsberg, 2002,

PEREIRA, Zélia. Os jesuítas em Moçambique: aspectos de ação missionária portuguesa no contexto colonial (1941-1974)”. Junho de 2000. Faculdade de Ciências sociais e humanas. Universidade de Lisboa (p. 1-8).

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 3, v. 2, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Allessadro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana:29 de junho de 19440: mito, política, luto e senso comum. In: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PRINS, Gwyn. “História oral.” In: Peter Burke (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SANTOS, António Almeida. Para que não esqueçamos a história. Março de 2005

SANTOS, Carlos Pinto. “Homoinde: o maior massacre da Renamo”. *Revista Terceiro Mundo*. N ° 101, setembro1987

SEERA, Carlos. *História de Moçambique. Moçambique no auge do colonialismo,1930-1961*. Maputo: Ed. Universidade Eduardo Mondlane, 2001, vol. 3.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. “A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea”. In: *Revista Brasileira de Educação*, 2002 (Maio/Jun/Jul/Ago).

SILVA, Ana Cristina Fonseca Nogueira. “Mestiçagem, classificações coloniais, cidadania colonial”. Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa Campus de Campolide. Maio de 2009.

SILVA, Teresa Cruz e. ‘Instituições de ensino superior e investigação em ciências sociais: a herança colonial, a construção de um sistema socialista e os desafios do século XXI, o caso de Moçambique’. In: Colóquio Internacional sobre Lusofonia em África. Maputo, 2000.

\_\_\_\_\_. “Educação, identidade e consciência política: A Missão

suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)". Centro de Estudos Africanos- Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Junho de 1999.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (cord.). *Gestão social: metodologia, casos e práticas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

TESSITORE, Viviane. *Como implantar centros de documentação*. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002 (Como fazer, 9).

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

THOMSON, Alistair. "Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral". In: Marieta de Moraes et al. (coords). *Desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

\_\_\_\_\_ et al. "Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais". In: Marieta de Moraes Ferreira & Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*, 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TREBITSCH, Michael. "A função epistemológica e ideológica da História Oral no discurso da História Contemporânea". In: Marieta de Moraes Ferreira (org.) *História Oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.

VANSINA, Jan. "Como utilizar o expediente da história oral no caso da história da cultura africana?". In *História Geral de África*. São Paulo: Ática, 1981, vol. 1.

WACQUANT, Löic. "Esclarecer o habitus". Tradução de Virgílio Borges Pereira & José Madureira Pinto. In: *Problemas e Práticas*, n. 25, Lisboa: Celta, 2004.

## **Decretos e Diretivas**

BOLETIM DA REPÚBLICA- Moçambique. SÉRIE – N°43. 26 de outubro de 1992. Decreto n°33/92: Institui o Sistema Nacional de Arquivos em Moçambique.

FRELIMO. Documentos do 3º Congresso: Diretivas econômicas e sociais. Moçambique 1977.

MOÇAMBIQUE - Decreto n° 19/76, 16 de maio. 1976. Introduz a política de formação de quadros para assegurar o desenvolvimento harmonioso das forças produtivas em Moçambique

## **Entrevistas**

ARTUR, Domingos do Rosário. Entrevista concedida a Silva Dundero. Maputo. 15 de fevereiro de 2009.

SAMBO, Vitorino. Entrevista concedida a Silva Dundero. Maputo. 19 de fevereiro de 2009.

BEIRÃO, Elton. Entrevista concedida a Silva Dundero. Beira. 23 de janeiro de 2009.  
JOÃO, Manuel Rodrigues. Entrevista concedida a Silva Dundero. Beira. 30 de janeiro de 2009.

JUMA, Joaquim João. Entrevista concedida a Silva Dundero. Beira. 27 de fevereiro de 2009.

MENO, Luís Manuel- Entrevista concedida a Silva Dundero. Beira. 19 de janeiro de 2009.

## **Sites visitados**

[www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html](http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html)

< [www.up.mz](http://www.up.mz)>

<[www.pauldrum.com/www.qualidade.ac.ok/edwardians/paulthompson.asp](http://www.pauldrum.com/www.qualidade.ac.ok/edwardians/paulthompson.asp)>

<<http://www.luenticus.org.mapasspt/africa.html>>

<<https://www.portaldogoverno.gov.mz>>

< [www.ccp.pt/26pag30-htm](http://www.ccp.pt/26pag30-htm)>

<[www.governet.gov.mz](http://www.governet.gov.mz)>

< [www.pauldrum.com](http://www.pauldrum.com)>

< [ww.qualidade.ac.ok/edwardians/paulthompson.asp](http://ww.qualidade.ac.ok/edwardians/paulthompson.asp). >

[www.geocities.com/flashmocambique](http://www.geocities.com/flashmocambique)

[www.afd.fr/.../PortailMozambique](http://www.afd.fr/.../PortailMozambique)

[www.macua.blogs.com/moambique](http://www.macua.blogs.com/moambique)

[www.feedblitz.com/f/f.fbz](http://www.feedblitz.com/f/f.fbz)

[www.revistamilitar.pt/modules](http://www.revistamilitar.pt/modules)

[pt.wikipedia.org/wiki/André\\_Matsangaíssa](http://pt.wikipedia.org/wiki/André_Matsangaíssa)

[www.babylon.com/.../RENAMO](http://www.babylon.com/.../RENAMO)

[group.xiconhoca.com](http://group.xiconhoca.com)

[www.fco.gov.uk/resources/en/pdf/.../fco\\_pdf](http://www.fco.gov.uk/resources/en/pdf/.../fco_pdf)

[lusotopia.no.sapo.pt](http://lusotopia.no.sapo.pt).

[www.rhodesia.nl/quartz.htm/](http://www.rhodesia.nl/quartz.htm/)

[:http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocGuerCivil.html](http://http://imigrantes.no.sapo.pt/page2mocGuerCivil.html)

[www.lusoafrika.net/v2/index.php](http://www.lusoafrika.net/v2/index.php)

Moçambique.plural@pluraeditores

pt.wikipedia.org/wiki/Acordos\_de\_Lusaka).

pt.wikipedia.org/.../Frente\_de\_Libertação\_de\_Moçambique

en.wikipedia.org/wiki/Beira,\_Mozambique

www.up.ac.mz

www.unizambeze.ac.mz/index.php?...unizambeze

www.camara.gov.br/mercosul/blocos/SADC.htm

www.unificado.com.br/calendario/04/cravos.htm).

linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-cindau.html

linguasmocambicanas.blogspot.com/.../situacao-linguistica-da-lingua-sena.html

allafrica.com/stories/200905181366.html

www.italcoopmoz.com/docs/info\_statistiche/.../agenda2009\_%20lingua.pdf).

pt.wikipedia.org/.../Guerra\_de\_desestabilização\_de\_Moçambique



# ANEXOS

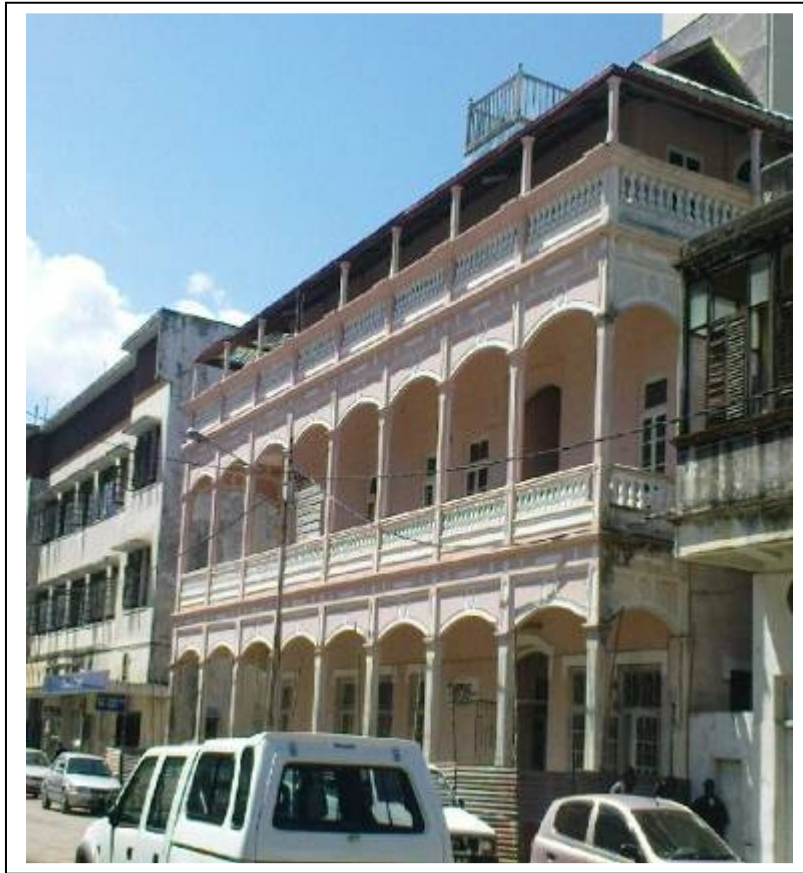
## Divisão administrativa de Moçambique



Vista geral da cidade da Beira



Instituto de Investigação Sócio- Cultural (ARPAC- Beira)



## Domingos do Rosário Artur



Mestre em Desenvolvimento Rural, pela Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, Moçambique(2009)

Licenciado em Sociologia pela Universidade de Paris-VIII, na França, em 1994.

Investigador sociocultural do ARPAC, delegação de Sofala a partir de 1986, e de Manica, de 1995 a 2001, onde foi igualmente Delegado Provincial da instituição. Membro da Associação Euro-Africana de Antropologia de Mudanças e do Desenvolvimento, desde 1998. É funcionário do Ministério da Educação e Cultura - sede.

Autor de vários estudos e artigos publicados em revistas e jornais de especialidade, é autor dos seguintes livros:

- Pequena História da Cidade da Beira - 1989;
- Makombe: Subsídios à reconstituição da sua personalidade - 1996;
- Cidade de Chimoio: Breve ensaio histórico-sociológico - 1999;
- Cidade do Guruè: Heranças e continuidades. 2003
- Manyika: Breve história da cidade de Manica. – 2008

## Vitorino Sambo



Master of Art In History em 1988 pela Universidade da cidade de Odessa, atual República da Ucrânia, na extinta URSS.

Docente e investigador no Departamento de Historia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane desde 1988.

Entre 1990 e 2002, foi chefe de Departamento de História. Como docente, além da Universidade Eduardo Mondlane, lecionou na Universidade Pedagógica, Instituto Politécnico Universitario, Instituto de Ciência e Tecnologia de Mocambique.

Na década de 90, foi pesquisador e responsável pelo Sector de Investigação do ARPAC. Também foi assessor de pesquisa do Instituto de Comunicação Social (FNUAP).

Na área de pesquisa participou em trabalhos de investigação destacando, entre outros de: Democracia em Mocambique, Pesquisa sócio-cultural e gestão ambiental no ARPAC. Na UEM, com o apoio da Fundação Ford e Sida-Sarec da Suécia participou no projecto da História Social e Económica de Moçambique, tendo como foco de pesquisa: Nacionalismo e Igreja Católica em Moçambique e História da Luta de Libertação Nacional, caso da Frente da Zambézia, centro de Moçambique.

Entre 2004/5 participou na criação da Universidade S. Tomás de Aquino de Mocambique.

## João Manuel Rodrigues



Licenciado em sociologia pela universidade de Paris 8, em 2001.

Faz parte do primeiro grupo de jovens formados no começo da década de 1980, cinco anos após a independência de Moçambique. Entre 1982-1984, terminou o curso de agente de preservação cultural no Centro de Estudos Culturais – Maputo. 1991-1992, fez o curso de fotografia em Maputo. É professor primário, formado em 1971 pelo Centro de formação de professores primários da Beira.

Em duas décadas participou na formação do ARPAC assim como em vários projetos de investigação dessa instituição, destacando-se os estudos sobre Arte makonde, estrutura e exercício do poder tradicional em Moçambique e a reintegração nas zonas de origem dos refugiados de guerra na província de Sofala.

Luis Manuel Meno



Licenciado em História: Economia Política de Transição em Moçambique e África Austral, pela Universidade Eduardo Mondlane em 2006. Apresentou para a sua licenciatura o tema: A Refinaria de Petróleo da Matola: Uma perspectiva histórico-econômica em torno da indústria de refinaria de petróleo em Moçambique, 1960-1977.

Investigador afeto no Instituto de Investigação Sócio-Cultural (ARPAC), na província de Sofala.

Docente de história política, história de educação e antropologia cultural. É professor do ensino secundário geral.

Como investigador, participou de vários projetos, destacando o projeto sobre a história das bases militares na província de Sofala, no contexto da luta de libertação em Moçambique e colabora em vários programas de pesquisa e sua divulgação em palestras.

Joaquim Juma João



Licenciado em ensino de história pela Universidade Pedagógica-Delegação da Beira em 2008.

Entre 1982-1984, terminou o curso de agente de preservação cultural no Centro de Estudos Culturais – Maputo.

Participou em vários cursos relacionados com atividades à área da documentação destacando-se: curso de animadores de clubes locais de leitura do Fundo Bibliográfico da cidade de Maputo (1999), curso de documentação (1991), curso de formação de professores primários em Nampula, norte de Moçambique (1981) e o curso de introdução à literatura oral e semântica das línguas banto, orientado pelo Professor Pambkelo (1984).



Elton Beirão



Em 2004, terminou a licenciatura em Portugal em sociologia. Entre 1998-2000, frequentou ciências sociais no UFICS-Universidade Eduardo Mondlane.

Lecionou na Universidade Jean Piaget, cidade da Beira. Foi coordenador do curso de sociologia durante três anos na mesma universidade.

Fez os estudos básico e médio nas cidades de Chimoio e Maputo.

## Cronologia de alguns eventos históricos em Moçambique

### 1. Chegada de Vasco da Gama a Moçambique

Vasco da Gama chegou pela primeira vez a Moçambique em 1497. Nesse período já existiam entrepostos comerciais árabes e uma parte da população tinha aderido ao Islão. No entanto, os mercadores portugueses, apoiados por exércitos privados, foram-se infiltrando no império dos Mwenemutapas, umas vezes firmando acordos, noutras forçando-os. Em 1530 foi fundada a povoação portuguesa de Sena, em 1537, de Tete, no rio Zambeze, e em 1544 de Quelimane, na costa do Oceano Índico, assenhorando-se da rota entre as minas e o oceano.

Em 1607 obtiveram do rei a concessão de todas as minas de ouro do seu território. Em 1627, o Mwenemutapa Capranzina, hostil aos portugueses, foi deposto e substituído pelo seu tio Mavura. Os portugueses baptizaram-no e este declarou-se vassalo de Portugal.

Por essa altura, no entanto, os portugueses controlavam o vale do Zambeze e começaram a interessar-se mais pelo marfim, empreendimento que levavam a cabo por acordo com os estados Marave. O império dos Mwenemutapa, embora com menos poder económico, manteve-se até meados do século XIX, altura em que foi desmembrado pelos **Estados Militares** que se formaram como resistência dos prazeiros à administração portuguesa.

### 2. O Império Marave

Os estados Marave foram um conjunto de pequenos reinos formados na margem norte do rio Zambeze e que se tornaram importantes na história da penetração portuguesa nesta região. A origem do nome é desconhecida, mas aparece em textos antigos (séculos XVII e XVIII) e ainda hoje está associada ao de um distrito da província de Tete, a **Marávia**. O nome foi utilizado com referência à fixação nesta região, entre 1200 e 1400, de um povo, denominado Phiri, que se tornou, por alianças com as linhagens dominantes locais, o clã dominante.

Uma característica importante é que todos os povos da região, embora apresentem hoje uma grande diversidade de línguas (do grupo de Bantu sul-central, das famílias ciNyanja, ciYao e eMakuwa) tem como forma de organização da sociedade o matriarcado, ou seja, a transmissão dos poderes "mágicos" e da propriedade - do próprio "poder" - é feita por casamento com a mulher da linhagem que o detém. Os

Phiri terão utilizado esse poder para expandir a sua dominação e, mais tarde, os prazeiros portugueses fizeram o mesmo.

### 3. Os Prazos

Por volta de 1600, Portugal começou a enviar para Moçambique colonos, muitos de origem indiana, que começaram a fixar-se naquele território. Esses colonos, muitas vezes casavam com as filhas de chefes locais e estabeleciam linhagens que, entre o comércio e a agricultura, podiam tornar-se poderosas. Em meados do século XVII, o governo português decide que as terras ocupadas por portugueses em Moçambique pertenciam à coroa e estes passavam a ter o dever de arrendá-las a **prazos** que eram definidos por três gerações e transmitidos por via feminina. Esta tentativa de assegurar a soberania na colônia recente, não teve muito êxito porque, de fato, os "muzungos" (brancos/europeus) e as "donas" já tinham bastante poder, mesmo militar e muitas vezes opunham-se à administração colonial, que era obrigada a responder igualmente pela força das armas

### 4. O Império de Gaza

O Estado de Gaza foi fundado por Sochangane (também conhecido por Manicusse, 1821-1858) como resultado do Mfecane, um grande conflito despoletado entre os Zulu devido o assassinato de Chaca (ou Shaka-zulu) em 1828, que culminou com a invasão de grandes áreas da África Austral por exércitos Nguni. O Império de Gaza, no seu apogeu, abrangia toda a área costeira entre os rios Zambeze e Maputo (centro e sul) de Moçambique e tinha a sua capital em Manjacaze, na atual província moçambicana de Gaza.

O rei de Gaza dominou os reis **Tonga/ Tsonga**, da língua chiTsonga, a língua atualmente dominante na região sul de Moçambique através dos membros da sua linhagem. Os Nguni comercializavam o marfim que recebia como tributo dos portugueses estabelecidos na costa em Lourenço Marques (hoje Maputo) e Inhambane.

Aparentemente, Sochangane não fazia comércio de escravos - os seus guerreiros eram principalmente da sua linhagem e não devolvia aos portugueses os escravos que fugiam para a sua guarda.

Com a sua morte, sucedeu-lhe o seu filho Mawewe que decidiu, em 1859, atacar os seus irmãos para ganhar mais poder. Apenas um irmão, Mzila (ou Muzila) conseguiu

fugir para o Transvaal, onde organizou um exército para atacar o seu irmão. A guerra durou até 1864 e, entretanto, a capital do reino mudou-se do vale do rio Limpopo para Mossurize, a norte do rio Save, na atual província moçambicana de Manica, centro de Moçambique. Foi em Mossurize que, em 1884, ascendeu ao trono Nguni, Gungunhana, filho de Muzila.

#### 5. A Administração Colonial Portuguesa

Em 1752, em face da decadência da Ilha de Moçambique, o governo do Marquês de Pombal decidiu retirar a colônia africana da dependência do Vice-Rei do Estado da Índia e nomear um Governador Geral, que passou a habitar o Palácio dos Capitães-Generais, confiscado aos jesuítas.

#### 6. Companhias Majestáticas

Em 1878, Portugal decide fazer a concessão de grandes parcelas do território de Moçambique a companhias privadas que passaram a explorar a colônia, as companhias majestáticas, assim chamadas, porque tinham direitos quase sobre essas parcelas de território e seus habitantes. As principais foram a Companhia do Niassa (norte de Moçambique) e a Companhia de Moçambique. (Centro)

Como Portugal tinha sido obrigado a legalizar o comércio de escravos em 1842, apesar de fechar os olhos ao comércio clandestino, e não tinha condições para administrar todo o território, deu a estas companhias poderes para instituir e cobrar impostos. Foi nessa altura que foi introduzido o "imposto de "palhota", (casas, geralmente de formato redondo cobertas de palha) de ou seja, a obrigatoriedade de cada família pagar um imposto em dinheiro; como a população nativa não estava habituada às trocas por dinheiro (para além de produzir para a própria sobrevivência), eram obrigados a realizar o trabalho forçado, chamado em Moçambique "chibalo". Mais tarde, as famílias nativas foram obrigadas a cultivar produtos de rendimento, como algodão ou tabaco, que eram comercializados por aquelas companhias

## 7. Estado Novo

Com a eleição de Óscar Carmona, em 1928, que chamou Salazar para seu ministro das finanças, a administração das colônias como fonte de matérias-primas para a indústria da "metrópole" tornou-se mais eficiente. Em 1930 foi publicado o Ato Colonial, legislação que organizava o papel do estado nas colônias portuguesas:

A nomeação de administradores para as circunscrições "indígenas", que passaram a organizar os seus pequenos exércitos de sipaios (polícia/ milícias que atuava em áreas rurais ).

Os recenseamentos que determinavam a cobrança de impostos e a "venda" de mão-de-obra para as minas sul-africanas;

A criação de "Tribunais Privativos dos Indígenas";

A definição da Igreja Católica como principal força "civilizadora" dos indígenas, passando a ser a principal forma de educação.

Depois, com a nova constituição portuguesa em 1933, Salazar e os seus braços nas colônias transportaram para África (e Índia) a repressão mais brutal sobre os indígenas, ao mesmo tempo que incentivavam os seus cidadãos mais pobres a emigrarem para essas terras. Até aos anos 60, instalaram-se nas colônias portuguesas centenas de milhares de colonos e deu-se início a alguma industrialização

## 8. Guerra de Libertação

Para além das várias ações de resistência ao domínio colonial, a última das quais culminou com a prisão e deportação do imperador Gungunhana, a fase final da luta de libertação de Moçambique começou com a independência das colônias francesas e inglesas de África. Em 1959-1960, formaram-se três movimentos formais de resistência à dominação portuguesa de Moçambique: **UDENAMO** - União Democrática Nacional de Moçambique;

**MANU** - **Mozambique African National Union** e

**UNAMI** - União Nacional Africana para Moçambique Independente.

Estes três movimentos tinham sede em países diferentes e uma base social e étnica também diferentes mas, em 1962, sob os auspícios de Julius Nyerere, primeiro presidente da Tanzânia, estes movimentos uniram-se para darem origem à FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique - oficialmente fundada em 25 de Junho de 1962.

O primeiro presidente da FRELIMO foi o Dr. Eduardo Chivambo Mondlane, um antropólogo que trabalhava na ONU e que já tinha tido contactos com um governante português, Adriano Moreira. Nesta altura, ainda se pensava que seria possível conseguir a independência das colónias portuguesas sem recorrer à luta armada.

No entanto, os contatos diplomáticos estabelecidos não resultaram e a FRELIMO decidiu entrar pela via da guerra de guerrilha para tentar forçar o governo português a aceitar a independência das suas colónias. A Luta Armada de Libertação Nacional foi lançada oficialmente em 25 de Setembro de 1964, com um ataque ao posto administrativo de Chai no então distrito e, mais tarde província de Cabo Delgado (norte de Moçambique).

A guerra de libertação, uma luta de guerrilha, expandiu-se para as províncias de Niassa e Tete e durou cerca de 10 anos. Durante esse período, foram organizadas várias áreas onde a administração colonial já não tinha controlo - as Zonas Libertadas - e onde a FRELIMO instituiu um sistema de governo baseado na sua necessidade em ter bases seguras, abastecimento em víveres e vias de comunicação com as suas bases recuadas na Tanzânia e com as frentes de combate.

Finalmente, a guerra terminou com os Acordos de Lusaka, assinados a 7 de Setembro de 1974 entre o governo português e a FRELIMO, na sequência da Revolução dos Cravos. Ao abrigo desse acordo, foi formado um Governo de Transição, chefiado por Joaquim Chissano, que incluía ministros nomeados pelo governo português e outros nomeados pela FRELIMO. A soberania portuguesa era representada por um Alto-comissário, que foi Víctor Crespo.

## 9. História pós-independência

Moçambique tornou-se independente de Portugal em 25 de Junho de 1975. O primeiro governo, dirigido por Samora Machel, foi formado pela FRELIMO, a organização política que tinha negociado a independência com Portugal.

## 10. Nacionalizações

O mandato deste primeiro governo de Moçambique independente era o de restituir ao povo moçambicano os direitos que lhe tinham sido negados pelas autoridades coloniais.

Com esse fim, em 24 de Julho de 1975, o governo declarou a nacionalização da Saúde, da Educação e da Justiça e, em 1976, das casas de rendimento, ou seja, qualquer moçambicano ou estrangeiro residente passou a ter direito a ser proprietário duma casa para habitação permanente e de uma de férias, mas perdeu o direito a arrendar casas de habitação a outrem. O governo assumiu a gestão das casas que estavam arrendadas nessa altura, formando para isso uma empresa denominada Administração do Parque Imobiliário do Estado ou APIE.

Estas nacionalizações foram a causa próxima para uma vaga de abandono do país de muitos indivíduos que eram proprietários daqueles serviços sociais ou simplesmente se encontravam habituados aos serviços de determinados especialistas ou ao atendimento exclusivo.

Como esses indivíduos, na maioria portugueses, eram muitas vezes igualmente proprietários de fábricas, barcos de pesca ou outros meios de produção, o governo viu-se obrigado a assumir a gestão dessas unidades de produção. Numa primeira fase, organizou-se, para as unidades mais pequenas, um sistema de auto gestão em que comités de trabalhadores, normalmente organizados pelas células da FRELIMO, também chamadas Grupos Dinamizadores, assumiam a gestão de fato.

Mais tarde, em face da falta de capacidade de gestão e das dificuldades económicas prevaletentes, o governo começou a aglutinar pequenas empresas do mesmo ramo, primeiro em Unidades de Direção e depois em Empresas Estatais.

#### 11. Empresas estatais

As primeiras Empresas Estatais (EE) foram formadas ainda dentro do mesmo espírito de que o Estado deveria assegurar ao Povo os bens de primeira necessidade "livres" da exploração mercantilista. Uma destas empresas foi uma "importação" das zonas libertadas: a EE das Lojas do Povo, uma empresa de grandes supermercados de comércio geral.

Outras EE do ramo comercial foram a PESCOM, que assegurava a importação e distribuição de carapau, que era a base protéica mais facilmente disponível e, mais

tarde, da exportação do camarão e outros mariscos das EE de pesca; a ENACOMO que era uma importadora e exportadora de produtos principalmente agrícolas; a MEDIMOC, ainda hoje existente, que assegurava a importação de medicamentos e material hospitalar.

## 12. Socialização do campo

Um dos pilares da estratégia de desenvolvimento desenhada pela FRELIMO nos primeiros anos a seguir à Independência foi a socialização do campo. Com esta política, o governo pretendia promover o aumento da produção agrícola, uma vez que mais de 80% da população vivia nas zonas rurais, ao mesmo tempo que melhorava as suas condições de vida.

O governo colonial tinha aproveitado as excelentes condições naturais de Moçambique, em termos de clima, solos e água, para fomentar culturas de rendimento, como o algodão, o caju, o chá e outras baseando-se, quer em companhias privadas que detinham a concessão de vastas áreas onde exerciam o monopólio da venda de insumos e da compra dos produtos, quer de instituições estatais (como, por exemplo, o Instituto do Algodão) que apoiavam os agricultores nesses serviços, mas dando prioridade aos colonos portugueses agregados nos colonatos.

O novo governo de Moçambique decidiu que o desenvolvimento agrícola deveria ter como base as cooperativas agrícolas - às quais o governo deveria assegurar o aprovisionamento em sementes e outros insumos e, ao mesmo tempo, a compra da produção de rendimento - com os camponeses organizados em aldeias comunais, que eram agregados populacionais, onde o governo iria apoiar na construção de infra-estruturas sociais, como escolas, centros de saúde e rede viária, mas tendo como base o poder económico das cooperativas e a mão de obra rural.

A organização das cooperativas e mesmo das aldeias comunais não foi difícil, dado o clima de euforia e de organização que se vivia naqueles primeiros anos da independência, mas a ação do estado em termos de aprovisionamento e de compra da produção, e mesmo da organização das infra-estruturas sociais, não conseguiu acompanhar o esforço dos camponeses.

Então, no início dos anos 80 - quando o Presidente Samora "decretou" a década de 1981-1990 como a "década da vitória sobre o subdesenvolvimento" - o estado mudou a sua estratégia para a organização de grandes empresas estatais no campo, essa organização tomava a forma de machambas estatais. Pretendia-se com essa estratégia



que os camponeses continuassem a produzir a sua base alimentar (dentro da forma de organização dos Bantu é a Mulher que assegura a alimentação da família), enquanto as terras dos antigos colonatos passavam a ser geridas centralmente e a sua produção assegurada com base na mão-de-obra local.

### 13. Guerra civil

Apesar da transição para a independência ter sido pacífica, Moçambique não conheceu a Paz durante muitos anos. Imediatamente a seguir à independência, alguns militares (ex-militares) portugueses e dissidentes da FRELIMO instalaram-se na Rodésia, atual Zimbabwe, que vivia uma situação de "independência unilateral" não reconhecida pela maior parte dos países do mundo.

O governo de Moçambique apoiava o movimento de libertação que lutava contra o regime de Ian Smith. Aproveitando-se disso, armou militarmente para invadir o território moçambicano. Em 1976, o governo de Moçambique declarou oficialmente aplicar as sanções estabelecidas pela ONU contra o governo ilegal de Salisbúria, atual Harare (capital do Zimbabwe) e fechou as fronteiras com aquele país.

Nessa mesma altura, o regime da Rodésia do Sul ofereceu aos dissidentes moçambicanos espaço para formarem um movimento de resistência - a "Resistência Nacional Moçambicana" ou RENAMO.

Em 1980, o Zimbabwe tornou-se independente. Contudo, a RENAMO continuou atacando aldeias e infra-estruturas sociais em Moçambique, semeando minas terrestres em várias estradas, principalmente nas regiões mais próximas das fronteiras com a Rodésia. Estas ações tiveram um enorme papel destabilizador da economia, uma vez que não só obrigaram o governo a concentrar importantes recursos numa máquina de guerra, mas principalmente porque levaram ao êxodo de muitos milhares de pessoas do campo para as cidades e para os países vizinhos, diminuindo assim a produção agrícola.

Com a independência do Zimbabwe, a RENAMO foi obrigada a mudar a sua base de apoio para a África do Sul, o que conseguiu com muito sucesso, tendo tido amplo apoio das forças armadas sul-africanas. No entanto, o governo de Moçambique, que já tinha secretamente encetado negociações com o governo sul-africano e com a própria RENAMO, assinou em 1983 um acordo de "boa vizinhança" com aquele governo, que ficou conhecido como o Acordo de Nkomati, segundo o qual o governo sul-africano se comprometia a abandonar o apoio militar à RENAMO,

enquanto que o governo moçambicano se comprometia a deixar de apoiar os militantes do ANC que se encontravam em Moçambique.

### 13. Acordos com (BM e FMI)

Em vista dos problemas econômicos motivados em parte pela guerra civil, o governo assinou um acordo com o Banco Mundial e FMI em 1987, que o obrigaram a abandonar completamente a política "socialista".

Em 1990, foi aprovada uma nova constituição que transformou o Estado numa democracia multipartidária. A Frelimo continua no poder desde as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994, 1999, 2004 e 2009.

De acordo com a constituição em vigor, o regime político em Moçambique é presidencialista. O Chefe de Estado é igualmente Chefe do Governo. No entanto, existe desde 1985 o cargo de primeiro-ministro, que pode dirigir as sessões do Conselho de Ministros, na ausência do Presidente.

O parlamento tem a designação de Assembléia da República e é constituído por 250 assentos.

Para além do parlamento, os presidentes e os membros das assembleias provinciais e dos municípios são igualmente eleitos democraticamente.

Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, Moçambique tem sido visto como uma das maiores sucessos em África de reconstrução pós-guerra e de recuperação económica.